

CARMEM DE JESUS RABELO DE SOUSA

“LOUCAS E TRANSGRESSORAS”: representações sobre comportamentos femininos desviantes na literatura no final do século XIX

Monografia apresentada a Especialização em História do Maranhão da Universidade Estadual do Maranhão como requisito à obtenção do título de Especialista em História do Maranhão.

São Luís
2012

Sousa, Carmem de Jesus Rabelo de.

Loucas e transgressoras: representações sobre comportamentos femininos desviantes na literatura no final do século XIX / Carmem de Jesus Rabelo de Sousa.– São Luís, 2012.

64f

Monografia (Especialização) – Curso de História do Maranhão, Universidade Estadual do Maranhão, 2012.

Orientador: Profa. Elizabeth Sousa Abrantes

1.Representações. 2.Literatura. 3.Loucura. 4.Mulher. I.Título

CDU: 82-055.2

CARMEM DE JESUS RABELO DE SOUSA

“LOUCAS E TRANSGRESSORAS”: representações sobre comportamentos femininos desviantes na literatura no final do século XIX

Monografia apresentada a Especialização em História do Maranhão da Universidade Estadual do Maranhão como requisito à obtenção do título de Especialista em História do Maranhão.

Aprovada em: 06/10/2012

BANCA EXAMINADORA

Elizabeth Sousa Abrantes

Prof.^a Dr.^a Elizabeth Abrantes (Orientadora)
Professora do departamento de História e Geografia
Universidade Estadual do Maranhão

Sandra Regina R. dos Santos

Prof.^a Dr.^a Sandra Regina Rodrigues dos Santos
Professora do departamento de História e Geografia
Universidade Estadual do Maranhão

1º Examinador

Tatiane da Silva Sales

Prof.^a MSc. Tatiane da Silva Sales
Professora da Universidade Federal do Maranhão

2º Examinador

AGRADECIMENTOS

À Deus por me conceder mais essa conquista na vida.

À minha orientadora, professora Elizabeth Abrantes pela compreensão nos momentos mais difíceis, pela dedicação, carinho e disponibilidade em auxiliar-me sempre que precisei. Por ter acreditado em mim, o que me fez continuar com a pesquisa. Obrigada pelo apoio pontual, pela infinita paciência e por significar pra mim um grande exemplo de profissional e de ser humano.

À minha família pelo carinho, pelo apoio e pela compreensão de todos os momentos em que precisei me ausentar para me dedicar ao trabalho.

À minha mãe, pela vida, pelo carinho e compreensão de todos os dias.

À Carol minha “sobrinha-irmã”, pela troca de ideias nos momentos de dúvidas, pelo auxílio cotidiano, pelas conversas descontraídas e pelos risos partilhados no dia a dia.

À Juliana, minha amiga de todas as horas. Obrigada pela amizade, pelo companheirismo, pelas conversas sérias e bobas, pelo carinho e, obrigada pelo grande apoio quando hesitei em continuar, isso foi fundamental pra eu seguir em frente.

À Lucas, pela sua preocupação de criança, pois não entendia por que eu ficava tantas horas em frente ao computador.

À Simone, pelo apoio e compreensão sempre que necessitei me ausentar do trabalho para concluir minha tarefa.

À Marcelo, pelo apoio, incentivo e disponibilidade em prestar ajuda.

Aos colegas do curso de especialização em História do Maranhão, por estarem presentes nesta caminhada.

A todos os professores do curso de especialização em História do Maranhão pelos ensinamentos, pelo cuidado e compreensão.

A todos que direta ou indiretamente ajudaram na realização desse trabalho, meus sinceros agradecimentos.

Lugar de ambiguidades e espaço por excelência da loucura, o corpo e a sexualidade femininos inspirariam grande temor aos médicos e aos alienistas, constituindo-se em alvo prioritário das intervenções normalizadoras da medicina e da psiquiatria.

Magali Engel

RESUMO

Esta pesquisa procura analisar a questão da alienação feminina no Brasil no final do século XIX, utilizando as representações sobre a loucura feminina e os comportamentos tidos como desviantes contidos na literatura do período, com destaque para o romance *O Homem*, de Aluisio Azevedo. Esse período de transição, representado na passagem para um novo século e mudança de regime político, foi marcado pelos ideais de higienização e modernização das cidades, com destaque para os discursos e práticas da medicina legal no país, que pretendia sanear física e moralmente a sociedade. Essa preocupação médica também marcou o início da psiquiatria científica no Brasil, cujos conhecimentos e práticas se voltaram para tentativas de promover a “civilização” e o “progresso”. A mulher ao declinar do seu “natural” papel de esposa e mãe era vista como um perigoso obstáculo ao esforço “civilizador” da sociedade. Sendo assim, a negação dos valores de honra, domesticidade e maternidade podia remeter a mulher à condição de alienada, retirando-lhe a subjetividade, imprimindo-lhe o estigma da loucura.

Palavras-chave: 1.Representações. 2.Literatura. 3.Loucura. 4.Mulher.

ABSTRACT

This research aims to analyze the issue of female alienation in Brazil at the end of the nineteenth century, using the representations of madness in women and the behaviors considered deviant contained in the literature of the period, with emphasis on the novel *O Homem*, by Aluísio De Azevedo. This period of transition, as represented in the passage to a new century and changes in the political regime, it was marked by the ideals of sanitation and modernization of cities with emphasis on the discourses and practices of legal medicine in the country that intended to cleanse the society, physically and morally. This medical concern also marked the beginning of scientific psychiatry in Brazil whose knowledge and practices attempted to promote the "civilization" and the "progress". The woman, after decline her "natural" role as a wife and mother, was seen as a dangerous obstacle to the "civilizing" effort of society. Thus, the refusal of the values of honor, domesticity and motherhood could refer the woman to the condition of alienated, removing the subjectivity and giving her the stigma of madness.

Keywords: 1.Representations. 2.Literature. 3.Madness. 4.Woman.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1. GÊNERO E LITERATURA: chaves de acesso a História	11
1.1 História das Mulheres e Relações de Gênero: conceitos importantes na pesquisa histórica	11
1.2 – História e Literatura: um diálogo possível	16
2 - MULHERES, LOUCOS E MÉDICOS: condição feminina e a construção do discurso alienista no Brasil no final do século XIX	23
2.1 A medicalização da sociedade e os discursos psiquiátricos na virada do século XIX	23
2.2 Loucura e condição feminina no final do século XIX	30
3. “UM CASO DE HISTERIA”: representações sobre a loucura feminina no romance <i>O Homem</i>, de Aluísio Azevedo	39
3.1 Aluísio Azevedo e a crítica de costumes no final do século XIX	39
3.2 Loucas ou transgressoras: discursos normativos e representações de comportamentos desviantes na literatura ficcional	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS:	59
REFERÊNCIAS	61

INTRODUÇÃO

A análise dos sujeitos históricos excluídos vem sendo desenvolvida na historiografia maranhense das duas últimas décadas, com trabalhos monográficos, dissertações e teses sobre grupos sociais e seu cotidiano, especialmente no espaço urbano da capital maranhense. Estudos sobre a prostituição, operariado feminino, livres pobres, escravos (vistos na perspectiva de sujeitos e não como meras mercadorias), alienados, lázaros, etc., tem ampliado o foco de análise e contribuído para a renovação dos estudos históricos no Estado do Maranhão. Nessa perspectiva se inserem os estudos sobre mulheres e relações de gênero na historiografia maranhense, a exemplo da presente pesquisa que analisa as representações sobre a loucura feminina na virada do século.

A mulher, sempre mais vigiada do que o homem, estava sob o olhar atento da sociedade no final do século XIX, que ao menor sinal de comportamento “desviante” já alertava a família como um indicativo de anormalidade, portanto, passível de internação. Os critérios a partir dos quais os psiquiatras percebiam os sintomas de loucura nas mulheres era principalmente o comportamento fora do “normal” para os padrões de comportamento da época. Entre esses comportamentos figuravam a independência em suas escolhas pessoais, a dedicação em suas carreiras profissionais, o celibato, entre outras condutas consideradas anormais para as mulheres. Enquanto para o homem cabia o papel de provedor da família e trabalhador dedicado, para a mulher cabia o papel da reprodução e conservação da família, o de boa esposa e mãe dedicada.

Qualquer tentativa de não enquadramento desse papel era visto como uma ameaça para a família, e, conseqüentemente, para a sociedade, implicando em medidas drásticas, em muitos casos, por parte dos pais ou parentes. Algumas internações de mulheres em hospícios duravam até que elas resolvessem acatar a decisão dos pais para a sua vida e, com isso, buscassem seguir os códigos de normas considerados adequados para o sexo feminino, especialmente se fossem de meios sociais mais abastados.

Os estudos sobre loucura, subjetividade e comportamento humano configuram um vasto campo de conhecimento. Mais recentemente, os estudos humanísticos passaram a dar prioridade às reflexões sobre a psiquiatria e às práticas relacionadas a este saber. Magali Gouveia Engel (2001), em sua obra *Os Delírios da Razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)*, faz um estudo sobre o

nascimento e a constituição das práticas e saberes psiquiátricos, as idéias e vivências da loucura no Rio de Janeiro, num período em que a loucura era apropriada e transformada pelos alienistas em uma doença mental, convertendo-a em objeto exclusivo de um saber e de uma prática especializados. No que se refere à formulação e à implantação de novos mecanismos de controle social na sociedade brasileira do século XIX e início do XX, foram criados os primeiros hospícios, ampliando-se as possibilidades de reclusão de um elevado número de pessoas diagnosticadas como doentes mentais.

A historiadora Maria Clementina P. Cunha (1990) fez estudos sobre as mulheres do Hospício Juquery em São Paulo do início do século XX. A pesquisadora destaca alguns casos de mulheres consideradas loucas que eram internadas naquela instituição para alienados. O Juquery representou umas das iniciativas mais importantes no sentido de retirar dos meios sociais as pessoas classificadas com tendo um comportamento de “desvio”. Para cada indivíduo considerado louco foi desenvolvida uma maneira de enfrentamento, respaldada nos saberes e na crença na ciência como parte do progresso. As concepções sobre a alienação feminina do final do século XIX foram contempladas em seu estudo, que discute ainda o surgimento da psiquiatria como ciência, que se apropria do saber especializado sobre a doença mental.

Considerando o importante diálogo que a História Cultural desenvolve com a Literatura, tanto como objeto quanto como fonte de pesquisa, este estudo se enquadra neste campo da História, com enfoque na categoria de “gênero”. Sob o título *Loucas e Transgressoras: representações sobre comportamentos femininos desviantes na literatura no final do século XIX*, pretendo analisar e discutir as representações da loucura feminina nos romances publicados no final do século XIX e início do XX, com destaque para a obra *O Homem* de Aluísio Azevedo, tendo como pano de fundo o projeto de civilização e saneamento das cidades pretendido pelas elites da época, com destaque para São Luís, e os discursos e práticas das autoridades médicas sobre os comportamentos femininos considerados desviantes por fugirem aos padrões sociais. Com isso, procuro mostrar o ideário sobre a loucura existente no período e como estava diretamente atravessado pelas relações de gênero.

O período da virada do século foi escolhido por representar um momento de importante transformação política e econômica no país, a transição do governo monárquico para o regime republicano, e por marcar o início da psiquiatria científica no Brasil.

Para a realização do trabalho, utilizei fontes bibliográficas, jornais do período e obras literárias publicadas no fim do século XIX.

A pesquisa está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo traz uma discussão teórica, com um diálogo sobre os estudos da história das mulheres e o conceito de gênero que foi incorporado em decorrência desses estudos como categoria analítica. Aborda ainda a relação da história com a literatura e a possibilidade de diálogos entre ambas, observando suas aproximações e seus distanciamentos. O segundo capítulo aborda a medicalização da sociedade e os discursos psiquiátricos no final do século XIX, destacando a loucura feminina e a condição da mulher no final do mesmo século. No terceiro capítulo, a abordagem é sobre as representações da loucura feminina no romance *O Homem*, do escritor Aluísio Azevedo, com destaque para o caso de histeria que constitui o enredo da obra. Essa análise é precedida de uma breve apresentação sobre a formação desse escritor e sua crítica de costumes feita no final do século XIX, marca registrada de suas obras literárias.

1 - GÊNERO E LITERATURA: chaves de acesso a História

1.2 – História das Mulheres e Relações de Gênero: conceitos importantes na pesquisa histórica

No mundo pós-Segunda Guerra houve um esgotamento de modelos explicativos da realidade, de análises totalizantes da História. A partir da crise dos paradigmas que ocasionou “rupturas epistemológicas profundas que puseram em xeque os marcos conceituais da História”, ocorreram mudanças nas linhas de pesquisas no mundo e no Brasil (PESAVENTO, 2005, p. 8).

A crise dos paradigmas citados refere-se especialmente ao chamado paradigma iluminista ou realista, ainda representado pelas correntes marxista e a dos Annales. Os historiadores marxistas se dedicavam à história econômica, assim como a história dos movimentos sociais e o proletariado com suas lutas de classe. Por outro lado, os historiadores da corrente dos Annales se apoiavam em uma vertente econômico-social, pautando-se nos marcos temporais que delimitavam a longa e a média duração. Apesar de criticar os pressupostos marxistas, a história dos Annales “privilegiava em sua análise os níveis econômico e social da realidade, relegando a cultura a uma terceira instância” (PESAVENTO, 2005, p. 13). Posteriormente, essa vertente representada pela nova história dos Annales seria também criticada devido ao seu insuficiente poder explicativo para as questões que se colocavam especialmente no âmbito da cultura¹.

A partir dos anos 70 a escola dos Annales reorientou suas temáticas estendendo-se para o âmbito do cultural ao que antes se chamava história das mentalidades, cujas críticas insistiam em apontar os limites teóricos desse conceito, sua visão generalizante. No Brasil, o historiador Ciro Flamarion Cardoso foi um de seus maiores críticos, pois acusou os historiadores das mentalidades de “se dedicarem ao estudo do periférico, de iluminar fantasmas e, sobretudo, de negar as totalidades sintéticas da história, renunciando a posturas explicativas e propagandeando uma história ‘reacionária desprovida de contradições” (VAINFAS, 1997, p. 128).

Segundo o historiador Ronaldo Vainfas (p.148, 1997), os estudiosos das mentalidades procuraram “refúgio” em outros campos como “vida privada”, “história de

¹ Existe uma forte discussão sobre a terceira geração dos Annales ser uma continuidade ou uma ruptura com essa escola. Sobre essa questão ver: BURKE, Peter. A Escola dos Annales: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: UNESP, 1991; REIS, José Carlos. Escola dos Annales: a inovação em História. São Paulo: paz e Terra, 2000.

gênero”, “história da sexualidade”, a “micro-história”, mas o maior refúgio da história das mentalidades foi o da “história cultural”, “refúgio este sim mais consistente, posto que em suas principais versões, procurou defender a legitimidade do estudo do ‘mental’ sem abrir mão da própria história como disciplina ou ciência”. Com isso, esse historiador considera a História Cultural como a grande herdeira das mentalidades.

Atualmente a História Cultural corresponde a um grande percentual das pesquisas no Brasil. Por outro lado, ocorreu uma diminuição das linhas de pesquisa voltadas para a História Social e para a História Econômica. Essas mudanças ocorreram não apenas no Brasil, mas no mundo todo, a partir da crise dos paradigmas explicativos da realidade já referidos.

Nas décadas finais do século XX, as progressivas traduções de teóricos como Gramsci, Walter Benjamin, a publicação de Foucault e de Thompson, foram fundamentais para a historiografia brasileira. A partir daí a história ganhou novas categorias analíticas, assuntos, temas e “objetos problematizados à luz de novos conceitos”, segundo Pesavento (2005, p.15).

Os estudos da história das mulheres nas décadas de 1960 e 1970, e a ênfase mais recente sobre a diferenciação dos gêneros, tiveram um importante papel no desenvolvimento dos métodos da história da cultura em geral. Nos Estados Unidos, em particular, a história das mulheres e os estudos de gênero passaram a ocupar o primeiro plano na Nova História Cultural (HUNT, 2001)

Durante séculos as mulheres foram esquecidas e ignoradas pelas pesquisas históricas, os estudos priorizavam apenas as ações masculinas. Elas foram silenciadas, como se “destinadas à obscuridade de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento” (PERROT, 2005, p. 16). Esse silêncio deveu-se à invisibilidade que foi destinada às mulheres pelo fato delas ficarem mais restritas ao espaço privado e menos vistas no espaço público, pois atuavam em família, confinadas em casa. Outra razão do silêncio sobre as mulheres era o fato de serem pouco vistas, então se fala pouco delas, constituindo-se no “silêncio das fontes”. Se julgando sem importância, as mulheres deixaram poucos vestígios diretos, escritos ou materiais, inclusive, por seu acesso tardio à escrita.

O registro das mulheres, quando feito por cronistas ou observadores, foi reduzido ou estereotipado, sempre generalizando. Ou seja, há um bom repertório do discurso sobre as mulheres, no entanto, as informações são imprecisas. Esse silêncio ocorre também com as imagens produzidas pelos homens, pois elas “dizem mais sobre

os sonhos, os medos dos artistas do que sobre as mulheres reais.” Elas não são descritas ou contadas, mas imaginadas, representadas. Essa obscuridade configura-se na “dissimetria sexual das fontes” (PERROT, 2005, p.23).

Segundo Perrot (2005), o silêncio do relato é o mais profundo de todos. Os arquivos particulares foram negligenciados por muito tempo. Nos arquivos públicos, papéis de pessoas comuns ou de mulheres não recebiam a mesma atenção como receberam os papéis de políticos ou de escritores. As próprias mulheres, convencidas de sua insignificância ou movidas pelo sentimento de pudor, destruíram seus escritos pessoais.

Essas razões explicam a ausência de fontes sobre as mulheres no que se refere a sua existência concreta e sua história singular. Assim, “no teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra” (PERROT, 2005, p.22).

A Nova História, das últimas décadas do século XX, multiplicou os objetos numa “vertigem das florescências”, favorável à inovação. Com a mudança do “clima intelectual”, a maneira de escrever a História também muda. A inclusão das mulheres nos relatos tem a influência dos fatores sociológicos como a presença das mulheres na universidade e dos fatores políticos como o movimento de liberação das mulheres, desenvolvido a partir dos anos 1970 (SCOTT. In. BUKKE, 1992).

A partir de 1970, a história das mulheres começou a se desenvolver com mais força nas universidades, influenciada pelo crescimento do movimento feminista, pela Antropologia, pela História das Mentalidades e utilizando as contribuições da História Social. A partir daí as universidades reconhecem os grupos de pesquisas, encorajando trabalhos e temas. A produção sobre as mulheres se fazia necessária para incluir a presença feminina e corrigir a História que antes não as contemplava. Assim, “nomear, identificar, quantificar a presença das mulheres nos lugares, nas instâncias, nos papéis que lhes são próprios, aparece como uma etapa necessária, um justo retorno das coisas” (SCOTT. In. BURKE, 1992, p.11.).

Com a ampliação dos estudos sobre as mulheres e a necessidade de uma formulação teórica sobre as distinções fundadas sobre o sexo, incorporou-se nesses estudos, a partir dos anos 80, o conceito de Gênero como categoria analítica da diferença entre os sexos e da diferença dentro da diferença, reconhecendo a multiplicidade do masculino e do feminino e desconstruindo as perspectivas essencialistas e homogeneizadoras sobre os sexos.

É importante observar que o termo “história das mulheres” tem uma conotação política ao afirmar que as mulheres são sujeitos históricos válidos, enquanto o termo “gênero” não implica necessariamente numa tomada de posição sobre a desigualdade ou poder. De acordo com Scott, o uso do gênero pode ser considerado como procura de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos 80. Assim, adotado mais recentemente pelos (as) historiadores (as) feministas, o termo gênero sugere que o estudo a respeito das mulheres implica no estudo dos homens e não esferas separadas.

Dentre as várias definições de gênero, há pelo menos duas distintas no interior dos estudos feministas. A primeira, define gênero como oposto e complementar de “sexo”, como aquilo que é socialmente construído em oposição à fatores biológicos. Essa definição surgiu no fim dos anos 60 pelas feministas de língua inglesa.

A outra definição de gênero é mais recente e não opõe gênero a sexo, mas inclui “a percepção a respeito do que seja sexo dentro de um conceito socialmente elaborado de gênero, uma vez que assume que as próprias diferenças entre os corpos são percebidas sempre por meio de codificações e construções sociais de significados” (CARVALHO, 2003, p.139).

Joan Scott afirma que até recentemente o termo “gênero” foi utilizado como sinônimo de “mulheres”. Assim, durante alguns anos, as produções historiográficas que tinham como tema a história das mulheres, substituíram o termo “mulheres” para o termo “gênero”, em seus títulos. Com isso, o termo “gênero” objetivava indicar a erudição e a seriedade de um trabalho, pois gênero tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres”, adquirindo, então, um caráter científico. A expressão “história das mulheres” está associada a posicionamentos políticos, colocando as mulheres como sujeitos históricos. Por outro lado, o “gênero” não nomeia as mulheres, portanto, não oferece ameaça crítica. O termo pode ser utilizado tanto para se referir sobre informações a respeito das mulheres como sobre os homens, ou seja, este uso do termo não separa o estudo e as interpretações sobre as relações sociais entre os sexos.

Essa utilização do termo “gênero” ocorreu partir dos anos 80 do século XX e configurou-se numa “procura de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas”. Segundo Scott, o uso meramente descritivo de “gênero”, como um conceito associado ao estudo “das coisas relativas às mulheres”, apresenta-se como um novo tema e novo campo nas pesquisas históricas, mas não tem “a força de análise suficiente para interrogar (e mudar) os paradigmas históricos existentes” (SCOTT, 1996, p.20).

Scott aponta que há três posições teóricas que os(as) historiadores(as) feministas utilizam na abordagem da análise do gênero. A primeira teoria é a do patriarcado, em que são questionadas as desigualdades entre homens e mulheres, concentrando sua atenção na subordinação dessas. Essa posição explica a “necessidade” do macho dominar as mulheres.” Há, no entanto, problemas com a teoria do patriarcado, como o fato de não explicar qual a relação da desigualdade de gênero com as outras desigualdades.

A segunda teoria é a de tradição marxista e tem uma abordagem mais histórica, pois é orientada por uma teoria da história. Nesta teoria, a exigência de encontrar uma explicação “material” para o gênero afetou o desenvolvimento de novas direções de análise. Nela, o gênero não teve o “seu próprio estatuto de análise”. Na abordagem marxista, a questão da relação entre os sexos, a história da sexualidade e do corpo, as lutas políticas das mulheres foram secundarizadas em relação às questões da luta das classes (SCOTT, 1996).

A terceira teoria divide-se entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas, e inspira-se nas escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero. Problematizando os conceitos de identidade e experiência, as feministas que utilizam a análise pós-estruturalista apresentaram interpretações dinâmicas do gênero que enfatizam a luta, a contradição ideológica e as complexidades das relações de poder em mutação (SCOTT, 1992)

Atualmente, através do estudo de gênero, questões são analisadas referentes não apenas às mulheres, mas a sociedade como um todo, na análise da dimensão econômica e política e às vidas dos homens e mulheres. Joan Scott e Linda Nicholson, ligadas ao pós-estruturalismo, defendem esse enfoque de gênero. Marília P. Carvalho (2003, p.139) destaca que elas enfatizam a necessidade de uma atenção “às linguagens e ao papel das diferenças percebidas entre os sexos na construção de todo sistema simbólico, especialmente na significação das relações de poder.” Assim, a partir da observação da diferença sexual, diversos significados culturais são construídos, as diferenças entre masculinidade e feminilidade sendo utilizadas como um meio de decodificar o sentido e compreender o universo natural e humano observado.

Para as teóricas do gênero, este não é um conceito que apenas descreve

(...) as interações entre homens e mulheres, mas uma categoria referida a um conjunto de significados e símbolos construídos sobre a base da percepção da diferença sexual e que são utilizados na

compreensão de todo o universo observado, incluindo as relações sociais e, mais particularmente, as relações entre homens e mulheres. (CARVALHO, 2003, p. 139).

Marília Pinto Carvalho (2003, p.140), comentando a respeito da abordagem pós-estruturalista, aponta os perigos de uma análise restrita às línguas, incapaz de abranger igualmente as práticas sociais. No entanto, adotar essa concepção, não significa abolir nas análises o uso do conceito de sexo, mas evitar um uso ingênuo e não problematizado. Ainda assim, não se pode “desprezar a força das diferenças de sexo e sua presença na estruturação da sociedade.” Diz que há de se reconhecer as contribuições dos estudos feitos pelas feministas pós-estruturalistas.

A emergência desses novos temas de estudos tornou mais visíveis diversas práticas sociais, culturais e religiosas, “antes silenciadas, novos sujeitos femininos foram incluídos no discurso histórico, partindo-se inicialmente das trabalhadoras e militantes, para incluir-se, em seguida, as bruxas, as prostitutas, as freiras, as parteiras, *as loucas*, as domésticas, as professoras, entre outras.” (RAGO, 1998, p. 35 grifo nosso)

1.2 – História e Literatura: um diálogo possível

A relação entre história e literatura é uma das vertentes contemporâneas da História Cultural. Essa questão resolve-se no plano epistemológico, como esclarece Pesavento (2004, p.24), a partir de aproximações e distanciamentos, pois são diferentes formas de dizer o mundo e guardam distintas aproximações do real. Ambas são formas de “explicar o presente, inventar o passado, imaginar o futuro.”

Se a História Cultural busca o regate das representações, se quer alcançar um refúgio de sensibilidades, a literatura pode ser uma fonte especial, visto que pode dar algo a mais que as outras fontes não fornecem.

O diálogo da história com a literatura passou a se desenvolver significativamente no Brasil a partir dos anos 1990, e hoje tem se mostrado uma temática muito promissora no que se refere a pesquisas e trabalhos publicados. Durval Albuquerque Júnior (2006, p. 4) pontua que atualmente os historiadores vêm se debatendo com o fato de que “escrevem, de que utilizam a linguagem, de que narram e de que a narrativa é a forma através da qual constroem a própria noção de temporalidade, e, portanto, articulam o próprio passado e seus eventos”.

Os historiadores se voltaram para pensar o estatuto do seu próprio saber, os limites e fronteiras que deveria ter seu discurso, analisando a importância da narrativa para a construção da noção de tempo. A partir dos anos 60 do século XX, é publicada uma grande quantidade de textos e livros com a temática acerca da escrita da história, suas regras, suas particularidades e sua diferença em relação ao texto literário. Alguns historiadores defendem a total separação da literatura do texto histórico, em nome da veracidade da escrita. Esses pesquisadores acreditam que à história cabe apenas a abordagem dos fatos, a procura da verdade, e à literatura é permitida a ficção que seria fruto da imaginação (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2006)

Para os teóricos que estudam a relação entre história e literatura, não se pode negar que literatura e história são narrativas que tem o real como referência, tanto para confirmá-lo quanto negá-lo e, a partir daí, construir outra versão ou até mesmo ultrapassá-lo. Então, como narrativas, pode-se dizer que são “representações que se referem à vida e que a expliquem.” Sandra Pesavento (2012, p.101) explica que, para Aristóteles, a literatura “é o discurso sobre o que poderia ter acontecido, ficando a história como a narrativa dos fatos verídicos”. No entanto, atualmente, muitos historiadores trabalham com o imaginário e discutem o uso da literatura para acessar o passado. Dessa forma, “tomando o *não acontecido* para recuperar o que aconteceu” (PESAVENTO, 2012, p.101)

Em seu texto *Escrever a história com a literatura? Fazer da literatura uma chave de acesso ao passado da história?*, Pesavento problematiza o elemento do *não acontecido* para discutir como a literatura pode servir de traço ou “rastros” para algo que *aconteceu*. Assim, personagens da literatura com Capitu, de Machado de Assis, por exemplo, mesmo sem terem existido de fato,

existiram enquanto possibilidades, como perfis que retraçam sensibilidades. Foram reais na “verdade do simbólico” que expressam, não no acontecer da vida. São dotados de realidade porque encarnam defeitos e virtudes dos humanos, porque nos falam do absurdo da existência, das misérias e das conquistas gratificantes da vida. Porque falam das coisas para além da moral e das normas, para além do confessável, por exemplo (PESAVENTO, 2012, p.102).

Entretanto, não se pode deixar de lado a genialidade dos autores de obras literárias e a existência imprescindível dos mesmos, pois são narradores de uma trama e

“mediatizam o mundo do texto e o do leitor”, e que, os fatos narrados na literatura, existiram de fato para a voz narrativa (PESAVENTO, 2012, p.102).

No âmbito da História tem-se um narrador, o próprio historiador, que também faz narrativas depois de reunir dados e estabelecer conexões entre eles, ainda “elabora uma trama, apresenta soluções para decifrar a intriga montada e se vale de estratégias de retórica para convencer o leitor, com vistas a oferecer uma versão aproximada o mais possível do real acontecido” (PESAVENTO, 2012, p.102) O historiador elabora versões possíveis, aproximada dos fatos que teriam acontecido um dia, assim, ele chega à verossimilhança e não à veracidade, pois o verossímil não é a verdade, mas o provável, “o que poderia ter sido e que é tomado como tal.”

Na busca da verdade “daquilo que foi um dia”, o historiador cruza e compõe informações e recupera com o seu texto a aproximação do real passado. Ele busca sempre a representação da temporalidade passada, construindo uma possibilidade de acontecimento de outro tempo, reconfigurado pela narrativa. Esta vai necessitar da imaginação do leitor. A historiadora Pesavento acrescenta que o fato histórico é criação do historiador, com base em documentos “reais.”

Quando a história faz uso da literatura, estabelece-se um diálogo no “jogo transdisciplinar” das formas de conhecimento sobre o mundo, onde a história pergunta e a literatura responde. No entanto, é preciso lembrar que os discursos literário e histórico têm níveis distintos de aproximação com a realidade. Enquanto historiadores pesquisam e analisam para se aproximar do real acontecido, os escritores de literatura não têm esse compromisso, mas ao mesmo tempo, esses autores de ficção contextualizam seus personagens, ambientes e acontecimentos para que o leitor possa aceitar sua trama (PESAVENTO, 2012).

De acordo com a Pesavento (2012, p. 103) Paul Ricoeur aponta que podemos dizer que a história é quase fictícia no sentido da quase presença dos acontecimentos colocados “diante dos olhos” do leitor por uma narrativa, enquanto que a narrativa de ficção é quase histórica, na medida que os acontecimentos irrealis que ela relata são fatos passados para a voz narrativa que se dirige ao leitor.

Tanto a história quanto a literatura tem como objeto final, como seu “produto” final, uma narrativa. As duas (re)contam, narram. Falam sobre fatos, acontecimentos, sobre a realidade. Ambas têm personagens, tramas e enredo nos fios de sua construção. A organização literária e a organização histórica muitas vezes se misturam, confundem-

se, têm suas fronteiras muito próximas, de difícil delimitação e demarcação. (PESAVENTO, 2012, p.103)

A literatura é uma fonte privilegiada para o historiador porque lhe dá acesso ao imaginário, porque lhe permite ver as imagens sensíveis do mundo, visto que, a literatura “fala do mundo de forma indireta, metafórica e alegórica.” Assim, a ficção literária proporciona aos historiadores sensibilidades e formas de ver a realidade de um outro tempo, “fornecendo pistas e traços daquilo que poderia ter sido ou acontecido no passado e que os historiadores buscam.” Isso implicaria no resgate de possibilidades verossímeis sobre o comportamento e pensamento das pessoas. (PESAVENTO, 2012, p. 105)

Assim, para o historiador que utiliza a literatura, o fundamental no texto literário é antes o “seu valor de problema” do que o seu valor de documento e testemunho de verdade. Esse tipo de texto expressa formas de pensar e agir, sem, contudo, pretender parecer dado acontecido. O texto literário se apresenta como possibilidades, como postura de comportamento e sensibilidade, além de possuir credibilidade e significância. “Literatura registra a vida. Literatura é, sobretudo impressão de vida”, aliás, uma das metas da História Cultural que é ‘capturar a impressão da vida, a energia presente no passado, na raiz da explicação dos seus atos e de sua forma de qualificar o mundo” (PESAVENTO, 2012 p. 106) No relato literário, esses traços podem ser recuperados muito mais do que em outros documentos.

A historiadora Terezinha Queiroz (2006, p. 81) também aborda as relações entre a história e a literatura. Para ela é necessário considerar, em primeiro momento, as diferenças entre ambas. Enquanto a história trata essencialmente do real, pois é um testemunho da sociedade e refere-se a uma “trama complexa e efetiva de acontecimentos”, a literatura considera “os possíveis da história, os possíveis até mesmo irrealizáveis”, faz alusão ao virtual, a uma gama de possibilidades dadas pela história.

Ao relacionar história e literatura, a autora aponta que inicialmente é necessário observar qual vertente historiográfica é essa que permite repensar a literatura e repropor as relações entre história e literatura. Profundamente renovada nas últimas décadas, é a conhecida História Nova, herança relacionada à Escola dos Annales que privilegia novos objetos e possibilita um outro olhar acerca dos objetos historiográficos, incluindo os objetos literários (QUEIROZ, 2006) .

Segundo Terezinha Queiroz (2006, p. 82), no que se refere à literatura, a Nova História não mais evidencia, sobretudo, autores e obras. Assim, a nova abordagem passa

a incorporar, para além da vida e da obra, “outras variáveis sociais que explicariam não só a especificidade interior dessas obras, como as mais profundas articulações entre história e literatura”, no que tange à vida cotidiana, às dimensões de subjetividade, às relações mais próximas entre a vida social no seu sentido mais amplo e a vida literária. A autora aponta três focos analíticos, a partir dos quais as relações entre história e literatura podem ser evidenciadas.

O primeiro foco diz respeito ao produto ficcional, abordado não a partir de sua avaliação estética, da sua especificidade enquanto produto literário, mas especialmente

ficcional como repertório, como um indicativo das virtualidades da história, como um registro de alternativas colocadas a determinada sociedade, em determinados momentos, virtualidades que não necessariamente se desenvolveram ao longo do processo real ou foram vencedoras dentro das tessituras explicativas enunciadas pelos historiadores (QUEIROZ, 2006, p. 82).

Em segundo lugar, deve-se levar em consideração a articulação entre a vida e a obra do produtor no que têm de marca individual, singular e “todo o universo social mais amplo” que configura vida e obra, com graus variáveis de complexidade.

Para Queiroz, o terceiro foco é de extrema responsabilidade para o historiador, pois leva em consideração a historicidade dos conceitos e a compreensão de que o produto final tem sentido principalmente a partir da situação social do produtor. É importante observar que a relação entre história e literatura só ganha significação quando se compreende que a história ou o contexto é “maior que o produto-objeto, maior que o produto sujeito e que esse social modela tanto o produto quanto o produtor.” (QUEIROZ, 2006, p. 82)

Assim, uma nova forma de pensar as relações entre história e literatura remete à possibilidade de utilização de diversos conjuntos de fontes, a diferentes categorias documentais pouco utilizadas no repensar e no refazer dessas relações. Dentre essas categorias de fontes, Queiroz (2006) destaca as fontes policiais; as fontes literárias e culturais; as fontes iconográficas; os monumentos construídos em suportes permanentes, como a estatutária; a malha urbana e suas denominações; as fontes hemerográficas (jornais); as memórias, as biografias e as genealogias. Segundo a autora, um novo conjunto de perguntas pode ser elencado e respondido através de fontes diversas.

A utilização do romance como fonte permite a leitura do seu contexto de produção, pois é “indicativa do modo como o literato pensa, registra esse social, demarca as relações entre individualidades e grupos, mesmo que o procedimento seja o da ficcionalização” (QUEIROZ, 2006, p.85) Essa leitura pode revelar, inclusive, como esse social “modela a literatura, conforma o literato, produz o livro.” Outra fonte muito rica para a história é a poesia, pois realça “as variações de sentimentos, de vivências, de possibilidades, de utopias, de desejos que se expressam de maneira magistral através da linguagem poética.” (QUEIROZ, 2006, p. 85). Ainda segundo Queiroz, no passado, essa linguagem não era permitida ao historiador, em virtude de seu comprometimento com a verdade histórica, sua necessária fidelidade na relação com o empírico.

Estudiosos das relações entre história e literatura focam na vida humana, pois essa é de interesse permanente tanto para historiadores como para o produtor de literatura. Nesse sentido, ao voltar o olhar para a vida boêmia, que foi um modo de viver do século XIX e início do XX, permite “estudar a vida social tal qual se expressa em diferentes formas de sociabilidades” (QUEIROZ, 2006, p.88).

Essa aproximação da história com a literatura não ocorre em um sentido único. É uma via de mão dupla. Os estudos literários contemporâneos também revêem seus paradigmas e há uma busca por esse diálogo epistemológico com a história. Há um retorno à narrativa pelos historiadores e um retorno à historicidade por parte dos estudiosos da literatura. Um “casamento” que havia se rompido, mas que parece retornar com maior força e maior profundidade (SILVA, 2007).

Cristiano Silva (2007) argumenta que o discurso histórico e o discurso ficcional são próximos, dialogam entre si. Ambos são linguagem e como tal tentam representar o mundo em sua volta, interpretá-lo, compreendê-lo, significá-lo. Assim, constroem sentidos para o real, para as experiências com o real, a partir da linguagem. Assim, a noção de narrativa e de trama é vista na perspectiva de que a história e a literatura são construções de sentido acerca da realidade e por isso estão próximas.

Essa relação entre história e literatura é atualmente um dos campos de investigação da História Cultural. Na obra *A educação da mulher em Lima Barreto*, Jomar Ricardo da Silva analisa as obras ficcionais de Lima Barreto, com a finalidade de reconstruir uma concepção de educação para a mulher existente na obra do referido autor. Para Silva, a obra de Barreto expressa a sociedade de seu tempo em muitos aspectos, pois sua preocupação estava voltada para o cotidiano, a família, a política, a injustiça social e os problemas vivenciados pelas camadas populares, sem desconsiderar

os comportamentos das elites que se apresentavam em sua produção literária, como alvos, sob severas críticas (SILVA, 2010)

As relações de gênero existentes no final do século XIX e início do século XX para a análise dos mecanismos educacionais é, também, foco de análise do seu trabalho. Silva salienta que Lima Barreto e suas personagens “apresentam as configurações de seu tempo e, portanto, constituem-se pontos de partida que ajudam a reflexão sobre relações de gênero” (SILVA, 2010, p. 76). O autor exemplifica a obra de Honoré de Balzac, como retrato de sua época, ao produzir uma literatura tendo como protagonista a sociedade francesa da primeira metade do século XIX.

A parceria da literatura com a história pode ocorrer, também, através dos romances históricos. No ensaio *Literatura e história: uma intertextualidade importante*, Luiza Lobo (2002) discute a literatura de autoria feminina no Brasil. Segundo a autora, essa literatura afirmou-se com mais força na década de 70 do século passado. Anteriormente as mulheres adotavam, na literatura, uma visão de mundo pessoal, voltada para o eu interior, num diálogo íntimo. A maior representante deste estilo foi Clarice Lispector.

A literatura de autoria masculina prevalecia em todos os gêneros, inclusive na histórica. Somente no estilo mais intimista, os homens deixaram uma lacuna que foi ocupada pelas escritoras. Trinta anos depois houve uma mudança do eixo do intimismo do olhar sobre si própria para o contexto exterior, na literatura feminina. Essa mudança deveu-se a fatores como a maior inserção da mulher no mundo do trabalho, nos estudos universitários e no mundo financeiro.

A literatura e a história constituem-se como formas de ver o mundo, gestos de leitura, gestos de interpretação e, por fim, gestos de significações que recebe o mundo em nossa volta.

2 - MULHERES, LOUCOS E MÉDICOS: condição feminina e a construção do discurso alienista no Brasil no final do século XIX

2.1 A medicalização da sociedade e os discursos psiquiátricos na virada do século XIX

Na Europa do século XIX, houve grandes alterações da vida urbana, bem como o crescimento dos problemas urbanos. Até a metade do século XIX, as cidades europeias se caracterizavam pela precariedade, até iniciarem os planos de modernização do espaço urbano (RAMINELLI, 1997).

A partir da segunda metade do século XIX, as cidades brasileiras começaram a transformar seus espaços públicos com o objetivo de se modernizarem. O final do século XIX foi um momento de importante transformação econômica, social e política no país, marcado pela crise final do sistema escravista, abolição da escravidão e transição do regime monárquico para o republicano. Esse também foi o momento inicial da psiquiatria científica no Brasil.

Às vésperas do século XX, o Brasil inteiro voltou a atenção para projetos modernizantes. Os vestígios pertencentes ao período Imperial deveriam ser extirpados, principalmente aqueles que eram vistos como prejudiciais à imagem do país. Este foi o caso das habitações populares ou cortiços nas principais capitais, a exemplo das medidas de remodelação da cidade do Rio de Janeiro, que na última década do século XIX, foi alvo de ações drásticas das autoridades e das elites cariocas, resultando no fenômeno conhecido como “bota abaixo” (CHALHOUB, 2001).

O fato é que no interior dessas demolições estava um grande número de pessoas pobres e trabalhadoras que não tinham onde morar. As autoridades e os grupos da elite se empenharam na efetivação desse projeto que também objetivava exterminar os principais “focos de moléstias e todos os vícios”, como consideravam os cortiços, afastando para bem longe os representantes das “classes perigosas”, como se referiam os políticos às classes pobres (ALMEIDA, 2002).

Foi neste contexto de transformações desencadeado principalmente a partir de meados do século XIX que o discurso psiquiátrico se constituiu. O primeiro hospício brasileiro, o Hospício de Pedro II, foi inaugurado em 1852, numa tentativa do Império de estar em harmonia com a modernidade europeia, ficando sua administração, inicialmente, vinculada à Santa Casa da Misericórdia, uma instituição religiosa.

A cadeira de clínica psiquiátrica e moléstias mentais foi criada apenas em 1881, nas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, sendo que em 1887, o Hospício de Pedro II deixou de ser administrado pela Santa Casa e passou a ser dirigido pelo primeiro médico alienista brasileiro, Teixeira Brandão (PAVÃO, 2006).

Contudo, somente a partir da proclamação da República é que o Estado assumiu a assistência aos loucos, amparado pelo discurso científico que começou a se erigir no país, havendo então a consolidação da gestão médica do hospício, que passou a se chamar Hospício Nacional dos Alienados. Todas essas mudanças evidenciaram uma tentativa de desligamento em relação ao regime monárquico (CUNHA, 1990).

O século XIX é o século da medicina, a qual começa a intervir em tudo, sem fronteiras. Ela propõe a medicalização da sociedade, ou seja, que se devam produzir mecanismos de controle dos cidadãos, tornando-os produtivos e inofensivos. Assim, a medicina, no seu objetivo de criar uma sociedade sadia, quer transformar indivíduos considerados desviantes em seres normais. O Estado alia-se a ela quando passa a crer que pode intervir e decidir a vida dos indivíduos e da coletividade e tem a medicina como braço direito de intervenção na saúde. A medicina social tinha como justificativa para a sua insistência de medicalização da sociedade, a criação de uma sociedade organizada (MACHADO, 1978)

A medicina legal² começa a ser tema no Brasil em 1830, quando os médicos pretendem se infiltrar nas decisões jurídicas. A medicina legal, segundo seus defensores, era característica de países liberais e emblema da liberdade. Com o decorrer do século, os médicos associavam cada vez mais a prática médica à liberdade democrática. E querem, ainda, se envolver nas questões políticas, nas Câmaras Municipais, por exemplo, criticando a falta de agilidade dos políticos com relação à higiene pública. Eles responsabilizam a medicina pelos largos passos que algumas civilizações dão depois que as leis se fundamentam no seu saber.

A moral entra como domínio da medicina a partir do momento em que a medicina defende o equilíbrio e se opõe às paixões, aos excessos. A moral passa a ser causa da doença, e, a partir daí, a ser objeto da medicina. Portanto, para que a saúde da população seja preservada, deve-se criar uma sociedade sem paixões, sem caos, onde reine a ordem e, claro, esse processo deve ser guiado pelos médicos, que conhecem

² É uma especialidade médica e jurídica que utiliza conhecimentos técnico-científicos da Medicina para o esclarecimento de fatos de interesse da justiça. No Brasil, a medicina legal ganha destaque a partir do século XIX.

profundamente o homem. Este passa a ser objeto de estudo da medicina social, tanto do ponto de vista físico quanto do moral, e que vai além dele, analisando a sociedade que está à sua volta.

A medicina social tem como característica a polícia médica. “O médico não é apenas alguém que possui uma técnica, conhece os grandes tratados teóricos, observa e, portanto, detém um saber. É também uma autoridade, alguém que intervém: decide, executa, fiscaliza, pune” (MACHADO, p. 258, 1978) O médico se torna a autoridade legítima para agir dessa forma, e não apenas um saber científico neutro que forneça informações a uma autoridade superior a ele.

A cidade é vista como foco de doenças tanto pelo aspecto natural quanto social, e deve haver uma intervenção da medicina nesses dois sentidos, para que, com a saúde em dia, o Estado possa funcionar bem. A ação dos médicos, como provedores da salubridade e como ordenadores do aspecto urbanístico, tem como objetivo final favorecer o progresso e a civilização. Detentora das soluções, a medicina se apresenta como interventora na sociedade.

Para evitar que a cidade fosse foco de doenças, os médicos deveriam organizar os elementos que a compunham como: a salubridade da água, a construção de esgotos, o desmonte de morros, a destruição de matadouros, de fábricas e cemitérios do centro das cidades para que o ar ficasse respirável (MACHADO, 1978))

O aspecto urbanístico da cidade é outro objeto de intervenção médica. A desordem de crescimento e a falta de planejamento da cidade gera o perigo que ela representa para a sociedade que ali habita. A crítica dos médicos vai aos ricos e aos pobres, a todos aqueles que não cuidam do seu lixo. O Estado, segundo eles, deve fornecer condições iguais de higiene para todos, além de colaborar ele mesmo para a saúde, por exemplo, evitando enterrar corpos no centro da cidade.

A ação da medicina é educativa e de mudança da sociedade, para favorecer a civilização e o progresso. Ela se apresenta como detentora do conhecimento sobre as soluções para os problemas que a cidade apresenta. Explicando desse jeito a morbidade da cidade, a medicina se coloca como interventora na sociedade. E, assim, deseja produzir uma cidade que seja submetida ao seu controle.

Outro fator que veio justificar a higienização das cidades foi a “teoria da degenerescência”, que encontrou no contexto brasileiro uma urgência crucial de “moralizar os cidadãos para evitar que a degeneração pudesse contaminar todo o tecido social” (CUNHA, p.134, 1989).

Segundo R. J. Ribeiro (Apud. ENGEL, 2001, p. 25), na cidade do Rio de Janeiro, ainda no século XIX,

à noite não era prudente andar pelas ruas porque eram mal iluminadas e na parte fronteira do paço refugiavam-se ‘escravos abandonados, leprosos, mendigos, desertores, meretrizes, embriagados e toda a lama social da cidade que ali marcava encontro.

Segundo essa mentalidade, as ruas eram refúgios de “delinquentes e viciados”, e que segundo os psiquiatras do final do século XIX, seriam exemplos inegáveis de degeneração mental e conseqüentemente candidatos à reclusão nos estabelecimentos para alienados.

A medicina mental, ela mesma produto da sociedade civilizada, produz um meio de diagnosticar o louco através do critério de comparação das individualidades do louco com o seu meio onde está inserido. A medicina deve reconhecer o excesso e conhecer a norma que proíbe o excesso.

A psiquiatria não é vista como tendo a função de tolher, afastar, mas de tratar, curar. Para isso, a sua eficácia tinha que ser garantida. E isso era facilitado pela criação de lugares como hospícios.

O isolamento faz parte da teoria formulada por Esquirol³ e que o hospício materializa. Esse tratamento distancia o louco da causa da sua loucura, que é vista como estando na sociedade e na família. Assim, o contato entre o doente e a família é reorganizado e mediado pelo hospício, já que a presença de parentes agravaria o estado de loucura. Por meio desse isolamento, a função do médico é proteger a família contra o mal que o doente representa. Mas esse isolamento é, a princípio, obrigatório somente para os loucos pobres e que vivem nas ruas, já que os ricos podem reproduzir, ou tentar, o hospício dentro de sua própria casa.

No tratamento asilar, o objetivo era transformar o alienado. Para tanto, o hospício não podia ser somente um depósito de loucos, mas um espaço de real recuperação, onde houvesse uma maneira ordenada de viver. A distribuição interna arquitetonicamente era feita por uma divisão em grupos: homens, mulheres, primeira, segunda e terceira classes, tranquilos, agitados, sujos, limpos.

³ Jean-Étienne Dominique Esquirol (1772-1840), alienista francês, precursor da psiquiatria científica iniciada por Philippe Pinel e um dos principais representantes da psiquiatria alienista francesa do século XIX; ajudou a consolidar a ideia de loucura como doença.

Na virada do século, a medicina ainda confundia o alcoolismo como causa e efeito da doença mental, por isso mesmo, os bêbados da cidade eram levados para os hospícios. Nestes casos, a passagem por esses estabelecimentos durava pouco por causa da superlotação. Ainda nessa época, muitos indivíduos alienados que praticavam crimes eram julgados, condenados e reclusos em penitenciárias e não no hospício, visto que a psiquiatria “ensaiava os primeiros passos” no sentido de tomar para si a responsabilidade sobre aquelas pessoas (ENGEL, p. 51, 2001,).

A historiadora Magali Engel assinala a existência de diversos relatos de cronistas, demonstrando que, durante o período do Segundo Império, os loucos conviviam no cotidiano das cidades, seja com suas famílias ou vagando pelas ruas, o que evidencia a existência de uma aceitação popular.

Fazendo parte da paisagem urbana, a loucura possuía uma “visibilidade imediata”, sendo identificada pela população por meio do vestuário extravagante, dos hábitos estranhos, da fala incompreensível, dos gestos e, principalmente, pelo delírio, considerado, nesta época, a forma por excelência da loucura. Assim, a loucura era reconhecida pela diferença, porém, não provocava necessariamente medo e inquietação.

No entanto, durante a República, tal relação com a loucura assumiu novas dimensões, o louco passou a ser caracterizado como perigoso e ameaçador. Entre os fatores que proporcionaram esta mudança, destaca-se a influência exercida pelo discurso alienista no Brasil republicano, que transformou a loucura em doença mental, e ainda, tomou a loucura, comumente associada ao delírio, como uma das formas de alienação mental (CUNHA, 1990; ENGEL, 2001).

Todas essas mudanças evidenciaram uma tentativa de desligamento em relação ao regime monárquico. A transição do Império para a República encerrou outra mudança relevante em relação ao convívio social com a loucura. Vaguear pelas ruas poderia ser motivo de internação no hospício ou prisão nas cadeias públicas nos lugares onde não havia um estabelecimento próprio para receber as pessoas suspeitas de serem alienadas, ou mesmo aquelas acusadas simplesmente de vadiagem. Essa medida considerada preventiva pelas autoridades policiais tinha como objetivo “sanear” as vias públicas. Assim, os loucos que circulavam pelas ruas da cidade eram vistos com alarme ao se enxergar aí um foco de perigo não só à segurança física das pessoas, como a própria moralidade.

Segundo Magali Engel (2001), nesse contexto de modernização das cidades, de acordo com “padrões de disciplina e moralidade burgueses”, foi fundamental a aliança entre as autoridades médicas e o Estado.

Para Michel Foucault (2007), em sua obra *História da Loucura na Idade Clássica*, cada época possui uma forma “estruturada de experiência” que comanda a ordem tanto dos discursos, quanto das práticas, além da própria ordem institucional. Na referida obra, o autor faz um estudo sobre o tema, apresentando a loucura em sua especificidade e mostrando que ela é própria de cada momento histórico, de cada contexto cultural, social e econômico. Sua contribuição para a discussão dessa temática foi fundamental.

Segundo Foucault (2007), a medicina demorou a se apropriar do complexo fenômeno da loucura. Ainda de acordo com o autor, com o controle da lepra, no mundo ocidental, ao final da Idade Média, pobres, vagabundos, presidiários e “cabeças alienadas” assumiram o papel abandonado pelo lazarento, o de exclusão.

Para obter o sentido patológico que hoje se conhece, a loucura percorreu uma longa trajetória. Na sociedade medieval, a loucura foi externada através de produções artísticas como a pintura, a literatura, o teatro. Nesse período, os loucos “tinham uma existência facilmente errante.” Eram escorraçados dos muros das cidades e eram entregues a mercadores e peregrinos para que fossem transportados em navios, as chamadas “naus dos loucos”, para depois serem abandonados em outras cidades.

Esta necessidade urgente de fazer o alienado desaparecer da visibilidade das pessoas imprimia nele o estigma da discriminação e exclusão. Essa exclusão se acentuou com os internamentos surgidos no século XVII, não com a intenção de cura, mas com o sentido de disciplinar a mendicância e a vagabundagem.

Considerado o século dos manicômios, o século XIX viu surgir a primeira “revolução psiquiátrica”, em decorrência da obra de Pinel⁴, que rompeu com a tradição demoníaca da loucura e passou a considerá-la como doença mental (FOUCAULT, 2007)

Segundo Foucault (1987, p. 165), o espaço de exclusão que no século XIX abriga mendigos, vagabundos, loucos, ainda possuía a marca do leproso como habitante

⁴ Philippe Pinel (1745-1826), médico francês, pioneiro no tratamento mais científico e menos supersticioso contra a loucura, defendendo tratamentos mais humanos, tornando-se um dos precursores da psiquiatria moderna. Pinel empreendeu novos métodos de tratamento de doentes mentais. Proibiu a prática de tratamento com a sangria, os vomitivos e purgantes e adotou um contato amistoso com os pacientes.

simbólico. Submetidos a um poder disciplinador, esses espaços foram disciplinados e os excluídos individualizados, através de “todo um conjunto de técnicas e de instituições que assumem como tarefa medir, controlar e corrigir os anormais, faz funcionar os dispositivos disciplinares que o medo da peste chamava.”

Essa composição disciplinar era representada pelo “Panóptico”, de Bentham, que tinha como princípio vigiar todos os internos sem que o vigia fosse visto. A construção circular do Panóptico, com uma torre ao centro e as celas na periferia, permitia ao ocupante da torre uma visão geral de todos os encarcerados. Também era importante que o prisioneiro soubesse que era vigiado o tempo inteiro, daí resultando a disciplina.

Apesar da presença de médicos no primeiro manicômio do Rio de Janeiro, o seu controle ainda permanecia objeto do discurso religioso praticado na Santa Casa. Com a aproximação da República, no final do século XIX, por meio do discurso científico (médico-psiquiátrico) associado ao Estado, a loucura foi retirada do discurso religioso e passou a ser gerenciada pelo discurso científico. Esse processo por meio do qual se legitimou a loucura como objeto do discurso científico, marcado principalmente pelo “discurso manicomial”, vigorou no Brasil a respeito da loucura, a partir de meados do século XIX.

O discurso em questão se fez pela hegemonia do discurso médico, representado principalmente pela Psiquiatria que se pretendia biológica. Por intermédio dele foi introduzida uma das noções fundamentais para o processo de apropriação da loucura como seu objeto, a noção de “doença mental” (VECHI, 2004). A partir daí a loucura passou a ser definida como patologia, tanto de ordem moral como somática.

No Brasil, quando o Estado e as autoridades médicas aliaram-se, a partir da República, em nome de um projeto civilizador, o “asilamento científico” teve no Juquery seu maior representante. “O ‘asilamento científico’ contrapunha-se à terrível imagem da desordem urbana, da sujeira, da subversão dos valores mais caros às elites pela imposição de uma versão higiênica, disciplinada, pacífica e capaz de restaurar no próprio mundo do desatino a imagem da ordem almejada” (CUNHA, 1990, p. 49).

Os problemas de salubridade que as cidades brasileiras enfrentavam, faziam delas focos de epidemias constantes e avassaladoras. Os governos se aliaram ao saber da medicina sanitária para livrar as áreas urbanas do perigo das doenças através da criação de órgãos públicos, visando o controle sanitário. Nesse contexto, a “medicina mental”

esforçava-se para controlar a “epidemia psíquica”, que se apresentava como desestabilizadora da ordem e inviabilizadora do progresso.

A vesânia aparecia então associada às questões de higiene do meio físico, e prescreviam-se para ela soluções da mesma natureza que as encontradas para problemas como os ‘gases metafísicos dos esgotos’, e a destinação do lixo, a localização dos matadouros e cemitérios, etc. Em outras palavras, prescrevia-se uma solução limitada ao perigo imediato e circunstancial representado pela presença de indivíduos agressivos que permaneciam soltos nas ruas ou à inadequação da presença pública de vesânicos mendigos que emprestavam à Corte uma aparência rude e nada moderna (CUNHA, 1990, p. 32).

O pensamento alienista adquiriu tamanha importância que se transformou numa espécie de “matriz de todas as iniciativas destinadas à sustentação e à reprodução da desigualdade”. (CUNHA, p.22, 1990) Em decorrência disso, verifica-se o aumento de instituições como escolas correcionais, reformatórios, a reorganização dos presídios e da polícia, as iniciativas da medicina social e higiene pública, as reformas urbanas entre outras medidas que tinham a medicina como uma grande aliada.

A loucura era apropriada e transformada pelos alienistas em uma doença mental, convertendo-a em objeto exclusivo de um saber e de uma prática especializados. No que se refere à formulação e à implantação de novos mecanismos de controle social na sociedade brasileira do final do século XIX, foram criados os primeiros hospícios, com a ampliação das possibilidades de reclusão de um elevado número de pessoas diagnosticadas como doentes mentais (ENGEL, 2001). Nesse contexto, destaca-se a loucura feminina, cujo diagnóstico nem sempre se pautava pelas razões científicas, no sentido fisiológico.

2.2 Loucura e condição feminina no final do século XIX

A aliança entre as autoridades médicas e o Estado na efetivação do controle social, de acordo com os ideais republicanos, permitiu à psiquiatria brasileira privilegiar algumas áreas de intervenção na construção da loucura como doença mental. Dentre essas áreas destacam-se “os comportamentos sexuais, as relações de trabalho, a segurança pública, as condutas individuais e as manifestações coletivas de caráter religioso, social, político etc.” (ENGEL, 2007, p. 323).

No final do século XIX e início do XX, a imagem da mulher era associada à natureza, opondo-a à imagem do homem identificado à cultura. A fragilidade, a beleza, a sedução, a submissão etc., eram considerados atributos próprios da mulher. Contraditoriamente, a perfídia e a amoralidade, entre outras qualidades negativas, eram também atribuídas à natureza feminina, caracterizando a mulher como um ser ambíguo, portanto, “perigoso”.

Para assegurar o cumprimento de seu papel social de esposa e mãe, para o qual a “natureza” a havia predestinado, a mulher deveria submeter-se a medidas normatizadoras extremamente rígidas, e caso seu comportamento fosse considerado “desviante”, ela poderia ser diagnosticada como doente mental.

Muito mais vigiada do que o homem, a mulher estava sob o olhar atento da sociedade do final do século XIX, que ao menor sinal de comportamento “desviante” já alertava a família como um indicativo de anormalidade, portanto, passível de internação. Os critérios a partir dos quais os psiquiatras percebiam os sintomas de loucura nas mulheres era principalmente o comportamento fora do “normal” para os padrões de comportamento da época. Entre esses comportamentos figuravam a independência em suas escolhas pessoais, a dedicação em suas carreiras profissionais, o celibato, entre outras condutas consideradas anormais para as mulheres. Enquanto para o homem cabia o papel de provedor da família e trabalhador dedicado, para a mulher cabia o papel da reprodução e conservação da família, de “ser-para-os-outros.” (CUNHA, 1989).

Qualquer tentativa de não enquadramento desse papel era visto como uma ameaça para a família, e, conseqüentemente, para a sociedade, implicando em medidas drásticas, em muitos casos, por parte dos pais ou parentes. Algumas internações de mulheres em hospícios duravam até que elas resolvessem acatar a decisão dos pais para

a sua vida e, com isso, buscassem seguir os códigos de normas considerados adequados para o sexo feminino, especialmente se fossem de meios sociais mais abastados.

Maria Clementina P. Cunha, no artigo *Loucura, Gênero Feminino: as mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX*, faz um estudo sobre alguns casos de mulheres consideradas loucas que eram internadas naquela instituição para alienados. O Juquery representou umas das iniciativas mais importantes no sentido de retirar dos meios sociais aquelas pessoas classificadas com um comportamento de “desvio”. Para cada indivíduo considerado louco “desenvolveu-se uma maneira própria de enfrentamento, respaldada nos saberes e na crença na ciência como parte fundamental do progresso” (p.135, 1989). O Juquery foi uma espécie de “asilo científico”, isto é, estava inserido no espaço “civilizador” segundo a mentalidade do período.

O estudo de Cunha, apesar de focar os anos iniciais do século XX, não deixa de representar o pensamento dos médicos alienistas do final do século XIX, pois foi nesse período que a psiquiatria científica teve início no país, e a atenção à mulher se intensificou, pois era o “ pilar moral ” da família, da qual se esperava um comportamento dentro dos padrões normativos da sociedade e, às quais, era depositada a responsabilidade de educar os filhos que seriam o futuro de um país que se pretendia moderno.

No que se refere ao internamento das mulheres naquela instituição, ocorreram muitos casos, nos quais, pelo fato da mulher não se enquadrar nos padrões de comportamento esperado pela família e sociedade, eram vistas como fora da “normalidade”, descumprindo aí o papel de “mãe e esposa”. A crença em uma inferioridade “natural” marcou a história de todas as mulheres em situação de internamento. Essa inferioridade estaria implícita no corpo da mulher, “em sua natureza biológica que lhes definiria um papel social subordinado” (CUNHA, p.128, 1989).

Os diagnósticos de loucura diferiam entre homem e mulher. As causas atribuídas à doença mental eram diferentes. As internações femininas, na maior parte das vezes, são devidas a distúrbios relacionados ao papel sexual e social na esfera privada. Há uma relação de distúrbio psíquico com a rigidez das regras de comportamento socialmente impostas, em que há uma negação da “imagem feminina ideal”.

No referido artigo, Maria Clementina Cunha compara o caso de Eunice, uma professora brilhante que abdicou do papel de esposa e mãe reservado a ela para dedicar-se à sua profissão e aos estudos, ao caso da escultora francesa Camille Claudel, que,

como Eunice, agia com uma independência considerada socialmente inadequada, e que também passou por uma experiência psiquiátrica. A independência em suas escolhas pessoais, o excesso de trabalho ou a dedicação imoderada às suas carreiras profissionais, postas à frente das “inclinações naturais” das mulheres, a “hiperexcitação intelectual”, o “orgulho”, o celibato, caracterizaram os “sintomas” de loucura nestas duas mulheres.

Eunice, filha mais nova de uma família amorosa e bem sucedida, revelou uma precoce e “estranha vivacidade intelectual”, segundo as anotações do alienista que acompanhou seu caso. Ela destacou-se na Escola Normal e “os constantes elogios de professores e colegas a teriam tornado orgulhosa”, afirma o psiquiatra. Após três anos de formada, ela já comandava um grupo escolar público em Santos. Eunice passa a viver só e por conta própria. O psiquiatra observa que Eunice “sempre se distinguiu” entre os colegas e companheiros de trabalho. Eunice multiplica suas atividades, passando a desenvolver um “comportamento estranho”, como escrever livros escolares, fundar escolas noturnas para alfabetização de adultos, comprar muitos livros para ler. Mostrava-se uma mulher “completamente independente”, para desespero da família, não admitindo a intervenção de pais ou irmão em suas escolhas pessoais. O médico inclui, ainda, outros elementos ao diagnóstico de Eunice, como a “hiperexcitação intelectual.” Esse elemento era relacionado ao fato de Eunice, aos 30 anos, permanecer solteira, visto que não seguiu os conselhos do pai e rompeu dois ou três “noivados”. Após cinco meses de internamento, Eunice volta a morar com os pais para viver o papel socialmente destinado a uma mulher com o seu perfil: “triste papel, o de uma ‘solteirona’ amarga, ressentida, dependente e frágil, ao qual ela parece ter-se adaptado de alguma forma, já que não há qualquer anotação de retorno em seu prontuário”, conclui Clementina Cunha (1989, p.125).

Todavia, na pesquisa da historiadora Rita Cristina Couto, a mesma história de Eunice é retomada, sendo encontrada entre as pacientes do Sanatório Pinel de Pirituba nos anos de 1930, agora aos 50 anos, com uma crise “maníaco depressiva.” Daí se conclui que ela não se adaptou, como sugere a interpretação de Cunha, por não ter encontrado registros de outras internações da paciente. Ao que parece indicar o achado da nova pesquisa, feita por Couto, Eunice continuou trabalhando e era uma pessoa reconhecida no campo da educação, porém, sua família, parecia não aceitar sua conduta atípica. O excesso de trabalho e de estudos eram, para o médico psiquiatra, uma das causas de seu problema (COUTO, 2002).

Mesmo tendo passado por várias internações durante sua vida, a professora Eunice ainda exercia sua atividade, tendo participado de uma comissão de professores paulistas que esteve nos Estados Unidos, onde segundo o psiquiatra, “a vida agitada e a fadiga psíquica teriam determinado a sua crise de ‘excitação maníaca.” O médico faz uma descrição do comportamento da paciente, onde a caracteriza como “risonha, eufórica, em grande estado de agitação psicomotora, tem grande aceleração na marcha do pensamento e fuga de ideias [...] manifesta *propósitos eróticos*” (COUTO, p.342, 2002 grifos nossos) .

Para encontrar respostas aos elementos motivadores da doença da paciente, o alienista apontava alguns fatores “hereditários” como a existência de um tio paterno que faleceu alienado; um irmão de “espírito inteligente”, porém, “desconfiado e nervoso”; outro irmão e uma irmã, “melancólicos”; o pai “degenerado físico” era um “esquisitão”, nomeou os filhos de acordo com o nome do lugar onde nasciam. Por fim, a mãe era nervosa e de organismo fraco (COUTO, 2002).

Rita Couto observa que o desequilíbrio de Eunice desencadeou o julgamento da conduta de toda a sua família, não considerando normal nem o nervosismo da mãe, que era um comportamento esperado na mulher e estabelecendo-se uma relação entre a degeneração física do pai e sua excentricidade, relacionando o orgânico e o moral. Dessa forma, o caso de Eunice reuniu elementos degenerativos, a hereditariedade, a rebeldia, o solteirismo, o mimo, e ainda, o estigma que pesava sobre alguém considerado “alienado.” (COUTO, 2002, p.342-243) Assim, o médico cumpria o seu papel de juiz, numa sociedade na qual cada cidadão tinha o poder de controlar e julgar. Apesar de ser considerada com “comportamentos desviantes”, Eunice teve uma atuação profissional reconhecida socialmente e não assumiu um papel de passividade, mesmo sofrendo as consequências .

Cunha argumenta que os alienistas utilizavam parâmetros diferentes quanto a construção da loucura para cada sexo. Ou seja, a dependência, a falta de disposição ou aptidão para o trabalho, a incapacidade intelectual eram atributos considerados “normais” nas mulheres, portanto, aceitáveis. Nos homens, a falta desses atributos poderia delinear o perfil “patológico” e justificar o internamento da maioria dos homens levados ao hospício. Portanto, cabia ao homem “normal” a tarefa de “provedor da família, de trabalhador dedicado e disciplinado voltado para o sustento da família, livre dos vícios e dos ‘excessos”, enquanto à mulher restavam as tarefas da reprodução e da conservação da família e do lar. (CUNHA, p. 134, 1989)

Outro caso analisado por Cunha é o da escultora francesa Camile Claudel (1864-1943), que apesar da sua obra significativa e original, a artista é mais identificada por ter mantido um relacionamento amoroso com, o também escultor, Auguste Rodin, com quem trabalhou durante muitos anos. Camile foi internada e morreu depois de trinta anos no manicômio sem jamais voltar ao convívio social e sem voltar a trabalhar, pois se recusou a exercer seu ofício em situação de internamento.

Oriunda de uma família de classe média, apoiada nos rígidos padrões morais do período, Camile não desistiu de concretizar suas escolhas profissionais. Decidida, lançou-se com toda sua energia a uma atividade essencialmente “masculina”, como a escultura, principalmente na sociedade do final do século XIX e início do XX. Outro comportamento “anormal” de Camile, foi o fato de vivenciar plenamente sua paixão por Rodin, seu mestre no ofício e que a incentivou profissionalmente. Os dois tiveram uma relação “conflituosa e semiclandestina”, era uma jovem escultora principiante e um homem maduro e estabelecido, numa relação que durou quase vinte anos.

A história de Camile caracterizou-se pela dificuldade de vivenciar suas escolhas, pois transgrediu as normas sociais estabelecidas. Mesmo reconhecida por uma parcela significativa da crítica, a escultora teve muita dificuldade em obter apoio financeiro para o desenvolvimento do seu trabalho, visto que a atividade escultórica reclamava materiais como o bronze, mármore, oficina e artesãos. Camile não obteve o reconhecimento e nem a confiança em sua capacidade enquanto artista, para conquistar patrocínios e receber encomendas. Sua obra provocava admiração e perturbação ao mesmo tempo. Mesmo no ambiente intelectualizado em que convivia, as escolhas de Camile eram consideradas “anormais”, pois um amigo, ao admirar uma obra sua, comentou que tratava-se de uma “revolta da natureza” (CUNHA, 1989).

Camile abdicara do casamento e da maternidade, do conforto da vida burguesa para viver intensamente um papel diferente do que lhe estava destinado. Suas fugas, o isolamento crescente e a destruição de suas próprias obras a levaram ao internamento. Passou os últimos trinta anos de sua vida no asilo e, segundo Clementina Cunha, “teve finalmente o destino de todos os ‘loucos’: o esquecimento e o abandono, que marcam, não apenas sua pessoa, mas também sua obra.” (1989, p. 23-24)

Qual o ponto em comum entre essas duas mulheres que viveram em mundos tão diferentes, além da dor da “loucura”? As duas personagens apresentavam “sinais” de loucura como a independência pessoal, o excesso de trabalho ou a dedicação exagerada à profissão que as desviavam das “inclinações naturais” da mulher. A “hiperexcitação”

intelectual, o orgulho e o celibato, o desejo sexual, eram também passíveis de internação.

Outra história relatada por Cunha é a de Lavínia, internada pelo pai, neste mesmo asilo do Juquery, acusada de ser “desobediente” e desaforada, apresentava uma “notável falta de juízo”, relatou o pai ao alienista. Neste caso, a paciente desejava casar-se, mas devido a seu comportamento rebelde, o pai a impediu de realizar seu desejo internando-a num sanatório durante um ano e meio. Lavínia acusou o pai de “irascível”, “sovina” e “violento”. O pai tinha antecedentes criminais em crimes por linchamento e assassinato. Avaliando seu perfeito comportamento, o psiquiatra, em seu prontuário, não consegue diagnosticar precisamente o mal da paciente, se tratava de uma “histérica mitômana” ou de uma “degenerada moral.” Mesmo com dúvidas sobre a “loucura” de Lavínia, o médico resolveu mantê-la internada até que a família viesse retirá-la. Portanto, o psiquiatra, “preferiu reforçar o papel paterno e masculino, desqualificando a fala de Lavínia e as razões da sua rebeldia, e transformando em “doença” um conflito aberto entre uma filha rebelde e um pai autoritário” (CUNHA, 1989, p. 28).

Cesare Lombroso, famoso médico e criminalista italiano e principal expoente da escola criminológica positiva do final do século XIX, afirmava que o homem delinquente poderia ser identificado através de suas características físicas. Para ele, “criminosos e não-criminosos se distinguem entre si em virtude de uma rica gama de anomalias e estigmas de origem atávica ou degenerativa” (CALHAU, p.2, 2008) Influenciados pelas concepções de Lombroso, os médicos da época procuravam identificar as características físicas que evidenciassem e comprovassem a degeneração mental da mulher.

Assim, acreditava-se que na fisiologia feminina havia uma predisposição para a doença mental. A menstruação, a gravidez e o parto seriam, portanto, aspectos catalisadores dessa doença. Entretanto, para a medicina, a maternidade era vista como preventivo e/ou cura de distúrbios psíquicos relacionados à sexualidade feminina (ENGEL, 2007).

A pesquisadora Rita Cristina Couto relata alguns casos de mulheres que foram internadas por apresentarem um quadro de desequilíbrio devido ao fato de não estarem “em dia” com suas funções biológicas, como o exemplo de uma paciente que, mesmo casada, não teve filhos, razão para a apontarem como necessitando de cuidados da sua saúde mental. Uma outra paciente, uma jovem de 15 anos, foi levada ao hospício pelo irmão, pois “estando em regras levou um susto.” O sangue, inerente à reprodução, era

“simbolicamente a marca do gênero feminino”, porque a normalidade feminina girava em torno da menstruação. Tanto a primeira menstruação quanto a menopausa eram considerados momentos extremamente delicados para a sanidade mental da mulher, bem como o período das “regras”, da mesma forma que era comum a “psicose puerperal” que ocorria durante a gravidez ou no período posterior ao parto (COUTO, 1994).

A loucura feminina adquiria maiores contornos quando se tratava de classificar as mulheres prostitutas. Nestes casos, a doença não se restringia ao aspecto físico, compreendia também uma dimensão moral e uma dimensão social. Elas eram uma “ameaça” às famílias e à sociedade. A prostituição, considerada um comportamento desviante, portanto, fortemente associada à loucura, era, também, vista como uma das formas mais inferiores da degeneração feminina (ENGEL, 2007; CUNHA, 1990).

Quando se trata de mulheres negras ou pobres, observava Franco da Rocha, o fundador do Juquery, elas enlouquecem em proporção maior que os homens da mesma condição. Tal fato seria explicado pela própria inferioridade feminina e porque submetidas às condições de luta pela vida (ao contrário daquelas “protegidas” pela vida doméstica), as negras e pobres sucumbiriam mais facilmente à loucura, ao alcoolismo e ao vício. Mas, na prática, afirma Cunha, os alienistas dedicaram bem pouca atenção a estas “loucas”, que não mereceram maior interesse científico no interior da vida asilar. Sua dupla inferioridade as tornava quase candidatas naturais e irrecuperáveis à loucura (CUNHA, 1998).

No entanto, os alienistas dedicavam um interesse quase exclusivo às mulheres “de família”, criando a partir delas um padrão generalizável da mulher “sadia” e das condutas “normais.” Enquanto nos homens a loucura estava associada à ausência de razão, ao mau uso da liberdade, à privação de sentidos, aos comportamentos estranhos manifestados em público, para as mulheres é quase sempre no âmbito da vida privada “dominada pelas questões do corpo da família, que a loucura é perseguida” (CUNHA, 1998, p. 15).

Nestes casos, como o de Eunice e Lavínia, são traduzidos pelo saber psiquiátrico como sendo de mulheres que, podendo viver de acordo com as normas, se furtaram ao seu papel “natural”, que insistiram em viver suas escolhas, que não se conformaram ao papel que lhes era socialmente destinado. Olhada pela ótica do alienismo, nenhuma mulher como Eunice ou Lavínia poderia escapar ao rótulo da degeneração. Não foi à toa, portanto, que se identificou o celibato, nestas mulheres, com um sintoma, ou por

vezes com a origem de um mal maior e sempre incurável. Ele às vezes as levava à loucura, mas sempre produziria infelicidade e frustração e estaria na origem dos muitos casos de histeria que enchiam os pavilhões de internas pagantes.

O papel de “salvador” da família era atribuído ao gênero feminino, através de suas características de doação e amor, que deveriam possibilitar a tranquilidade do lar. “Simultaneamente a essência feminina partilhava com a loucura uma forte relação de parentesco: o conflito, a vibratilidade, a emoção” (COUTO, p.60, 1994). Essa dupla característica conferia à mulher, além do papel da vítima facilmente influenciável que poderia “adoecer” a qualquer momento, um poder que legitimava sua dependência, pois, a partir do feminino reproduzia-se o controle social. Daí a necessidade de tornar a mulher (principalmente a casada, que obedecia legalmente o marido) subalterna, sem, todavia, esvaziar o seu poder de reprodutora do modelo normativo.

A natureza “louca” da mulher não levava necessariamente todas ao sanatório, mas sim possibilitava que fosse sempre uma opção para aquela que ferisse o padrão normativo imposto pela sociedade.

3. “UM CASO DE HISTERIA”: representações sobre a loucura feminina no romance *O Homem*, de Aluísio Azevedo

3.1 Aluísio Azevedo e a crítica de costumes no final do século XIX

Na década de 1850, período em que nasceu Aluísio Azevedo⁵, a província do Maranhão já dava sinais claros das constantes crises de seus produtos exportáveis que afetavam toda a economia e sociedade. Apesar disso, os costumes da chamada “elite” que habitava São Luís, em nada revelava essa realidade, procurando aparentar um fausto que não mais encontrava respaldo nas suas condições socioeconômicas. Imitavam-se os europeus em seus usos e costumes. A minoria branca de origem portuguesa enriquecera no comércio e morava nos sobradões construídos em pedra de cantaria importada da Europa, nos bairros da Praia Grande e de Nossa Senhora da Conceição. Os comerciantes dominavam a economia da província e os casamentos serviam para consolidar os interesses dessa sociedade. Os comerciantes e os ricos fazendeiros, cujos filhos eram enviados a estudar na Europa, formavam a classe dirigente da província, especialmente comandando a região a partir da sua capital São Luís, naquele momento ensaiando sua construção mítica de “Atenas brasileira.”

Nesse período de meados do século XIX, São Luís conheceu uma renovação cultural importante, com a presença de Odorico Mendes, Sotero dos Reis, João Lisboa e, sobretudo, Gonçalves Dias no cenário cultural da cidade. O Teatro São Luís, criado em 1852, trouxe várias companhias francesas, italianas e portuguesas para a apresentação de espetáculos. A vida social era movimentada e em tudo se procurava imitar a Europa.

A vida cultural e artística da Europa era imitada, bem como o modelo da moda e da etiqueta, sobretudo da França. Essas recebiam muita atenção por parte das elites, pois o “vestir” indicava a classe social a que se pertencia e era um símbolo de civilização. Até mantimentos como vinhos, cervejas, enlatados, manteiga etc., vinham da Europa. No entanto, “aquela sociedade vivia na ilha de São Luís de costas para a província que originava sua riqueza” (MÉRIAN, 1988, p. 15).

O acesso ao ensino era reduzido, poucas pessoas conseguiam frequentar as escolas, que por sua vez eram precárias e insuficientes. A estrutura econômica e social,

⁵ O escritor nasceu em 14 de abril de 1857.

com uma concentração de renda nas mãos de poucos, não permitia um quadro diferente. Os mais afortunados enviavam seus filhos, depois dos estudos secundários no Liceu Maranhense, para universidades da Europa ou, em outros casos, para Recife São Paulo e Rio de Janeiro.

Na segunda metade do século XIX, a burguesia comerciante de São Luís, compunha, junto com a classe média, formada por todos os tipos de assalariados, a chamada “sociedade civilizada” de São Luís. Casavam seus filhos com os descendentes da oligarquia rural, cujos filhos viviam na capital.

Jean-Yves Mérian (1988, p. 72) aponta que em contraste com a decadência da província, era flagrante o desperdício, “o luxo muitas vezes desnecessário para conservar sua posição social, sua posição numa sociedade onde o desejo de ‘aparecer’ ultrapassava de longe o de exercer uma profissão útil”. Os costumes da sociedade ludovicense urbana contrastavam com os costumes simples da população escrava ou emancipada.

Nas últimas décadas do século XIX a vida cultural da “boa sociedade” estava ameaçada pelas dificuldades financeiras, mas as publicações de jornais e revistas, vendas de livros estrangeiros ou locais, apresentações de companhias de teatro, mantinham a ilusão que a “Atenas brasileira” continuava viva. Essa elite rejeitava as manifestações da cultura popular como danças, cantos e tradições orais.

Numa cidade onde poucos sabiam ler, no entanto, nove jornais eram publicados regularmente. Nos anos de 1870, dois jornais se destacam pelo número de leitores que possuíam: o “Diário do Maranhão” e “O País”. Segundo Mérian (1988, p. 75), esses dois diários desempenharam um papel importante para a divulgação de ideias novas e do folhetim que era o gênero literário preferido das famílias abastadas. Os principais folhetins que faziam sucesso em Paris, Lisboa ou Rio de Janeiro eram imediatamente publicados pela imprensa de São Luís. Para muitos, era a única leitura acessível.

Com algumas exceções, a grande maioria das obras era em estilo romântico, ou textos melodramáticos, “água com açúcar”, que “alimentavam os sonhos de príncipes encantados” das moças solteiras e faziam esquecer a “condição de esposas enclausuradas e submissas” (MÉRIAN, 1988, p. 75). Esse tipo de literatura provocou revolta em Aluísio Azevedo porque ele não concordava com o consumo em abundância desses folhetins românticos pelas mulheres do Maranhão e do Brasil.

Na visão de Aluísio Azevedo, esses romances em nada contribuíam para a educação ou a elevação do nível cultural dos leitores e, sobretudo, das leitoras que eram as principais consumidoras. Liam-se escritores franceses, portugueses e nacionais.

A educação de Aluísio foi feita em São Luís, tendo sua mãe Emília Branco como sua primeira mestra⁶. Depois de sua estadia no Rio de Janeiro entre 1876 e 1878, Aluísio Azevedo retorna a São Luís. No período em que viveu na capital do país, estudou desenho e pintura e trabalhou com caricaturista para jornais e revistas. Com a morte de seu pai David Gonçalves de Azevedo, volta para o Maranhão e passa a colaborar para os jornais “A Flecha”, “O Pensador”, “Pacotilha”. Aluísio e seus amigos positivistas criticavam a influência que a Igreja exercia sobre os maranhenses e particularmente sobre as mulheres “que encontravam na prática religiosa uma escapatória ao estado de dependência em que eram mantidas pela sociedade patriarcal” (MÉRIAN, 1988, p. 146). Além do anticlericalismo, os temas abordados pelo escritor eram também a luta contra o preconceito racial, o adultério, os vícios, o povo humilde.

Em 1880, Aluísio publica o romance “Uma Lágrima de Mulher” e no ano seguinte, o romance “O Mulato”, considerado o primeiro romance naturalista da literatura brasileira, nessa obra, o autor tentava analisar a posição do mestiço na sociedade maranhense de seu tempo, ao mesmo tempo em que denunciava o preconceito racial existente na burguesia maranhense. Com a reação negativa da sociedade diante da publicação desse romance, Aluísio volta para o Rio de Janeiro. Em 1883 lança “Casa de Pensão”, em 1887 publica “O Homem” e em 1890 “O Cortiço”, além de outras obras.

Aluísio Azevedo abandonou as tendências românticas em que se formara enquanto escritor para, influenciado por Eça de Queirós e Émile Zola, tornar-se o precursor do movimento Realista/Naturalista. No Rio de Janeiro, passou a viver com a publicação de folhetins românticos a alguns relatos naturalistas. Viveu durante 15 anos do que ganhava como escritor.

Em 1895, com quase quarenta anos, Aluísio ingressa na carreira diplomática, atuando como cônsul do Brasil no Japão, na Espanha, Inglaterra, Itália, Uruguai, Paraguai e Argentina. Durante todo esse período não mais se dedicou a produção literária. Aluísio Azevedo morreu em Buenos Aires, Argentina, no dia 21 de janeiro de 1913.

⁶ As informações sobre a vida de Aluísio Azevedo foram extraídas da obra de seu principal biógrafo, o pesquisador Jean-Yves Mérian (1988).

Como um jornalista, Aluísio Azevedo ia aos locais onde pretendia ambientar seus romances, conversava com as pessoas que inspirariam suas personagens, misturava-se a elas. Procurava assim reproduzir o mais fielmente possível a realidade que retratava. Além disso, como desenhista habilidoso, às vezes, desenhava suas personagens em papel, recortava-as e as colocava em ação, criava um cenário, de modo a visualizar as cenas que iria narrar (MÉRIAN, 1988).

Quando Aluísio retornou a São Luís em 1878, a cidade que encontrou não se modificara neste curto período. A decadência era uma realidade observada cotidianamente. Porém, assim como acontecia em outras províncias do império, as elites de São Luís também lutavam para se adequar e fazer com que a população assimilasse e adequasse seus hábitos e práticas cotidianas aos ideais “vivenciados” e irradiados pela Europa, mais especificamente, pela França, por ser considerado o modelo ideal de civilização moderna.

São Luís que, desde a segunda metade do século XIX, vinha gradativamente modificando seus espaços urbanos e introduzindo novos serviços públicos, teve algumas especificidades na sua tentativa de acompanhar o processo modernizante que ocorria nas principais capitais brasileiras, pois embora tenha recebido algumas transformações urbanísticas como parte de uma política de higienização e padronização dos espaços públicos, essas reformas não provocaram mudanças mais profundas em sua arquitetura urbana.

Os melhoramentos recebidos pela cidade se restringiram ao núcleo urbano, principalmente nos locais ocupados pela elite local, enquanto as áreas periféricas habitadas pela classe pobre ficavam em último plano.

Em contraste com esse desejo das elites, o de transformar São Luís em uma cidade moderna de acordo com os padrões da higiene e urbanização, a cidade e seus moradores mantinham alguns costumes, considerados símbolos do atraso que impediam o progresso almejado pelas camadas abastadas. Costumes muito comuns na São Luís do século XIX, que Aluísio descreve com muito detalhe em “O Mulato”:

Era um dia abafadiço e aborrecido. A pobre cidade de São Luís do Maranhão parecia entorpecida pelo calor. [...] as carroças d'água passavam ruidosamente a todo o instante, abalando os prédios; e os aguadeiros, em mangas de camisa e pernas arregaçadas, invadiam sem-cerimônia as casas para encher as banheiras e os potes. Em certos pontos não se encontrava viva alma na rua; tudo estava concentrado,

adormecido; só os pretos faziam as compras para o jantar ou andavam no ganho.

A Praça da Alegria apresentava um ar fúnebre. De um casebre miserável, de porta e janela, ouviam-se gemer os armadores enferrujados de uma rede e uma voz tísica e aflautada, de mulher, cantar em falsete a gentil Carolina era bela; do outro lado da praça, uma preta velha, vergada por imenso tabuleiro de madeira, sujo, seboso, cheio de sangue e coberto por uma nuvem de moscas, apregoava em tom muito arrastado e melancólico: Fígado, rins e coração!. Era uma vendedeira de fatos de boi (AZEVEDO, 2003, p.4).

Cenas como a descrita acima eram muito comuns na cidade, não apenas no final do século XIX como em boa parte do século XX. Mas as elites não concordavam com a presença de carroças e vendedores ambulantes nas ruas da cidade. Para isso, São Luís possuía inúmeras regras estabelecidas para controlar a população mais pobre, a fim de discipliná-la e contê-la em seus excessos de “incivilidade”, que iam de encontro aos padrões europeus.

Referidos pela imprensa do período como “tipos populares”, a rotina desses trabalhadores era sair às ruas, diariamente, vendendo muitos produtos, principalmente alimentos, com o objetivo de garantir a sua sobrevivência e de sua família. No entanto, a presença desses trabalhadores eram “indesejada” pela elite ludovicense.

Impulsionada pelo desejo de progresso, a elite da capital maranhense estava constantemente cobrando do poder público o embelezamento da cidade. O “Jornal da Manhã”, de 23/01/1901, afirmava que São Luís tinha “um aspecto triste, desagradável, com suas ruas estreitas e mal calçadas”; as casas que se construía-m possuíam uma edificação “pesada sem elegância alguma”. Por isso, é que medidas como ajardinamento de praças eram bem vistas, assim como edificações seguindo os princípios das construções modernas.

Como estudioso e crítico da sociedade maranhense, Aluísio Azevedo apontava a manutenção do sistema escravagista e a influência que o clero exercia sobre a população como as duas principais causas da decadência e da degradação dos costumes maranhenses. Ele observou com muita atenção os efeitos desses dois fatores sobre as famílias da burguesia comerciante e da oligarquia rural. Segundo Mérian (1988, p. 163), as crônicas que o escritor escreveu sobre essa questão forneceram “a chave do comportamento e da psicologia dos personagens que Aluísio Azevedo coloca em cena em seu romance ‘O Mulato’”.

Aluísio fazia abordagens da realidade social, inspirado pelos princípios filosóficos de Auguste Comte, além das influências das leituras de Darwin e de Spencer. Tinha estudos sobre o papel da mulher e seu lugar na sociedade. Aluísio posicionava-se não apenas como romancista, mas como um sociólogo, também.

Por esse período, a partir de 1878, o papel da mulher esteve no centro do debate sobre a família. O casamento era considerado como a base da sociedade. Quando Aluísio retornou a São Luís, fez um exame da situação da burguesia maranhense, levando em consideração, os critérios definidos pelos positivistas e, fez um retrato muito severo da mulher maranhense:

A mulher maranhense é por excelência a devota, a carola, a mulher cheia de superstições, cheia de abusões. É a mulher que só para os cabelos pelo quarto crescente da lua, é a mulher que não consente os chinelos emborcados debaixo da rede, é a mulher que não corta as unhas à noite e tem mau agouro com o arrulhar das pombas, [...] com o fígado inutilizado pela pimenta de cheiro, com o cabelo ardido pelo óleo de babosa. [...] é a mulher que se casa aos catorze anos e inutiliza-se para o resto da sua vida, é mulher que acredita nos milagres da Virgem, nas cóleras de Deus, na eficácia da confissão, na necessidade moral do jejum, é a mulher supinamente ignorante dos seus deveres sociais e de suas obrigações domésticas. [...] (O Pensador, 1881, p. 251)

Como rigoroso crítico da sociedade, Aluísio Azevedo denunciou os costumes da mulher maranhense, vítima de uma educação viciada pelos padres e pela religião. Aluísio enxergava nesse comportamento da mulher a causa da má educação das crianças, servindo de empecilho para serem cidadãos úteis. Defendia uma educação onde os padres não tivessem influência sobre as mulheres e onde os princípios do positivismo fossem aplicados para o progresso do indivíduo e da sociedade. Ele insistia em afirmar que era necessário educar a mulher física e moralmente, prepará-la por meios práticos e científicos para ser uma “boa mãe” e uma “boa cidadã.” (MÉRIAN, 1988)

Através desses posicionamentos na imprensa, Aluísio discutia a psicologia das mulheres, seu comportamento na sociedade, seu papel de esposas e mães e a partir daí se fundamentava para a criação de seus personagens femininos.

Nas últimas décadas do século XIX, o analfabetismo no Brasil e no Maranhão representava uma das maiores limitações para o desenvolvimento do país e para formar um público leitor. O jornal era a leitura mais difundida. Na parte literária, o folhetim

tinha a preferência dos leitores. Revistas femininas francesas consumidas na capital do federal penetravam em todo o Brasil, assim como as revistas nacionais, difundindo a moda e os costumes europeus. Afinal, o Maranhão, e mais precisamente a capital São Luís, tentava se adequar às mudanças que ocorriam naquele fim de século de acordo com os discursos de modernização das cidades, e isso incluía os costumes das pessoas.

Mas não eram somente os hábitos da população que precisavam se adequar à implantação das ideias modernizadoras. A estrutura urbana das províncias, ainda muito precária, criava um ambiente propício para a proliferação de muitas moléstias que atacavam as populações e causavam grande mortandade, devido à falta de serviços públicos, como o necessário para o escoamento dos dejetos produzidos pelos habitantes da cidade, coleta de lixo etc.

No que se refere a urbanização da capital maranhense, às vésperas do século XX, o historiador Ribeiro do Amaral, morador de São Luís, registrou em sua obra *O Estado do Maranhão em 1896*, que a cidade era carente de serviços públicos urbanos para oferecer à população. No setor de transporte, dispunha de três linhas urbanas de bondes movidos por tração animal. Estava em construção o Cais da Sagração e a cidade necessitava de muitos melhoramentos urbanísticos, sobretudo na área de saneamento, consistindo na necessidade de estabelecimento de um sistema de esgotos, abastecimento d'água, revestimento e calçamento das ruas, organização de um serviço regular de remoção e incineração de lixo, arborização das ruas e praças, extinção dos cortiços e habitação dos baixos de sobrados e sua substituição por moradias higiênicas para as classes pobres. O principal gênero da alimentação, a “carne verde”, era de má qualidade, devido as condições higiênicas do matadouro. (AMARAL, 1898, p. 64).

Nessa tentativa de organizar e urbanizar as áreas centrais da cidade, constituía um incômodo o trânsito de animais nas ruas, o que não era permitido pelas leis municipais. Para assegurar a ausência dos mesmos nas ruas foi determinado que os animais vindos do interior da ilha trazendo alimentos para abastecer a cidade não poderiam ultrapassar o Campo d'Ourique, nas atuais imediações da Praça da Alegria, local de descarregamento dos produtos vindos da zona rural. Os carros puxados por animais, deveriam retornar para o interior da ilha, de onde tinham vindo. Mesmo os animais que seriam vendidos, como os porcos, tiveram o trânsito proibido nas ruas e só poderiam desembarcar em determinados locais. Aqueles que vinham do

interior da ilha, por terra, deveriam utilizar o Caminho da Boiada para chegar a Praça do Mercado (MARTINS, 2000).

O comércio de carnes em São Luís caracterizava-se pela falta de estrutura dos locais destinados a esse serviço: o matadouro e o mercado. São Luís possuía na virada do século 1 matadouro e 1 mercado municipal. O primeiro, achava-se no extremo da rua São Pantaleão, na praia da Madre Deus. Os cuidados com os animais que seriam abatidos no dito local eram precários ou quase inexistentes. Segundo denúncia de um jornal local, o gado para lá mandado ficava dias e dias exposto ao sol e “as torturas da sede e da sombra” (Jornal da Manhã, 30/08/1900).

Naquele final de século o país inteiro voltou a atenção para projetos modernizantes. Os vestígios pertencentes do período Imperial deveriam ser extirpados, principalmente aqueles que eram vistos como prejudiciais à imagem do país. Este foi o caso das habitações populares ou cortiços nas principais capitais, a exemplo das medidas de remodelação da cidade do Rio de Janeiro, que na última década do século XIX foi alvo de ações drásticas das autoridades e das elites cariocas, resultando no fenômeno conhecido como “bota abaixo” (CHALHOUN, 2001).

O discurso modernizador, em sua face moralista, também pretendia impor a “ordem social” e a medicalização da sociedade, a fim de constituir indivíduos sadios e ordeiros. Os grupos considerados incômodos para esse ideal de civilidade e progresso, constituídos pelos loucos, os lázaros e as prostitutas, foram os alvos das medidas de isolamento social e disciplina, além de servirem de temas dos debates nos meios políticos, científicos e religiosos, que buscavam descobrir as causas e motivações daquilo que consideravam distúrbios e aberrações, visando livrar a sociedade desses indivíduos indesejáveis. As autoridades empenhadas nesse projeto tinham como objetivo exterminar todo tipo de “moléstia” e de “vícios”, afastando para bem longe os representantes das “classes perigosas”, como se referiam os políticos às classes pobres. (ALMEIDA, 2002).

Como crítico dos costumes da burguesia, Aluísio Azevedo imprimia em seus personagens características observadas na sociedade em que vivia, onde as regras morais eram infringidas, pessoas viviam de falsas aparências, da hipocrisia, do interesse. Mérian (1998, p.388) destaca que o escritor criticava o casamento por interesse e defendia o divórcio. Na sociedade descrita por Aluísio, “o interesse é o motor mais potente que as paixões amorosas ou o sexo”.

No romance “O Mulato”, Aluísio evidencia seu posicionamento acerca do casamento, através dos conselhos da mãe de Ana Rosa à filha:

Minha filha, disse-lhe a infeliz já nas vésperas da morte, não consintas nunca que te casem, sem que ames deveras o homem a ti destinado para marido. Não te cases no ar! Lembra-te que o casamento deve ser sempre a consequência de duas inclinações irresistíveis. A gente deve casar porque ama, e não ter de amar porque casou. Se fizeres o que te digo, serás feliz! Concluiu pedindo-lhe que promettesse, caso algum dia viessem a constrangê-la a aceitar marido contra seu gosto, arrostar tudo, tudo, para evitar semelhante desgraça, principalmente se então Ana Rosa já gostasse de outro. [...] (AZEVEDO, 2003, p. 39)

Assim, a imoralidade de certos casamentos burgueses, em seus romances, leva fatalmente à dissolução dos costumes, à libertinagem e à luxúria, avalia Mérian. (1988)

Em seus romances-folhetins, o escritor costumava criticar a educação e a vida cultural da sociedade. Ele acusava a condição das jovens burguesas, em sua opinião, profundamente alienadas, tanto nos colégios religiosos como em suas famílias. Daí o fracasso de seus personagens femininos ser uma constante em seus romances-folhetins, quer no plano social, quer no plano familiar. Segundo Aluísio, o mundo “água com açúcar” dos folhetins, tão apreciado pelas mulheres, estava muito distante da realidade social na qual viviam.

Ao descrever a jovem Ana Rosa, ele relata: “lera com entusiasmo a Graziela de Lamartine. Chorou muito com essa leitura e, desde aí, todas as noites, antes de adormecer, procurava instintivamente imitar o sorriso de inocência que a procitana oferecia ao seu amante.” Dessa forma, ele utilizava o próprio folhetim para criticar o gênero literário mais lido pelas mulheres (AZEVEDO, 2003, p.25).

Além de questionar as leituras e a educação das jovens burguesas, em seus romances e crônicas, Aluísio denunciou o conservadorismo e o atraso da instrução pública no Brasil. Para ele, os defeitos do sistema educativo eram responsáveis por várias consequências negativas para o futuro, como a ignorância e a superficialidade daqueles que serão levados a ocupar altas responsabilidades na sociedade e sua falta de interesse pelas atividades intelectuais e culturais.

3.2 Loucas ou transgressoras: discursos normativos e representações de comportamentos desviantes na literatura ficcional

Em meio às mudanças que ocorriam no país no final do século XIX e início do XX, incluindo as políticas de controle social cada vez mais rígidas, produzidas pelo reconhecimento e legitimidade dos parâmetros burgueses definidores da ordem, do progresso, da modernidade e da civilização, surge a psiquiatria no Brasil como um campo específico do conhecimento médico a partir dos anos 1880, consolidando-se e legitimando-se durante as primeiras décadas da República (ENGEL, 2007) .

Os estudos do século XIX apresentam a histeria como uma patologia presente na mulher. Submetidas aos padrões sociais, qualquer negação à dominação masculina vigente que caracterizasse uma feminilidade rebelde e perigosa, era motivo para diagnosticar a mulher como histérica.

De acordo com Carolina Freitas (2006), o discurso médico regulador da sexualidade e do corpo feminino dividiu as causas da histeria em dois tópicos. Em um, a origem seria através da sexualidade: recusa à procriação (tanto a voluntária quanto no caso da infertilidade), relação sexual sem fins procriativos, excesso de desejo sexual (ninfomania) e adultério. No outro tópico a origem da histeria seria não sexual: fanatismo religioso e não seguir o modelo de mulher ideal, ou seja, descumprir o ideal burguês de feminilidade, ser boa mãe e boa esposa.

A mulher “essencialmente mãe” não deveria sentir desejo sexual, pois seu instinto materno deveria anular este tipo de prazer. Os discursos médicos indicavam o casamento como solução para os casos de histeria. Este, porém, poderia tanto melhorar com agravar o caso de histeria, dependeria da mulher seguir ou não sua suposta natureza feminina.

Segundo Magali Engel (2007, p.327), uma das imagens mais fortemente “apropriadas, redefinidas e disseminadas” pelo século XIX ocidental é aquela que estabelece uma associação íntima entre a mulher e a natureza. Essa imagem opõe-se ao do homem identificado à cultura. Essa imagem seria reforçada a partir das “descobertas da medicina e da biologia, que ratificam cientificamente a dicotomia: homens, cérebro, inteligência, razão lúcida, capacidade de decisão *versus* mulheres, coração, sensibilidade, sentimentos.”

No século XIX, a crença de que a mulher era um ser ambíguo e contraditório, misterioso e imprevisível, ganhou uma nova dimensão, um sentido específico. A respeito dessa visão sobre a mulher, Engel (2007, p. 332) salienta:

Amplamente disseminada, a imagem da mulher como ser naturalmente ambíguo adquiria, através dos pincéis manuseados por poetas, romancistas, médicos, higienistas, psiquiatras e, mais tarde, psicanalistas, os contornos de verdade cientificamente comprovada a partir dos avanços da medicina e dos saberes afins.

A partir dos avanços dos saberes científicos do período em estudo, a mulher transformava-se num ser moral e socialmente perigoso e deveria ser submetida a um conjunto de medidas normatizadoras extremamente rígidas que assegurassem o cumprimento do seu papel de esposa e mãe, garantido, assim, a “vitória do bem sobre o mal, de Maria sobre Eva” (ENGEL, 2007, p. 331).

No romance naturalista *O Homem*, escrito no ano de 1887, Aluísio Azevedo aborda a questão da histeria, devido a repressão às manifestações sexuais da mulher. Madalena, ou simplesmente Magdá como era tratada em família, a personagem central do romance, é uma mulher dominada por fortes sentimentos e aos poucos vai se transformando em uma “histérica.”

Considerado o maior prosador naturalista do Brasil, Aluísio Azevedo procurava assumir uma atitude objetiva, até científica, diante dos fatos da realidade que desejava transferir para sua obra, como era característico nos romances do Realismo/Naturalismo. Este movimento literário substituiu o sentimento e a emoção pela observação e a análise objetiva como instrumentos empregados para descrever a realidade. Dessa forma, a atitude do escritor procurava aproximar-se do procedimento adotado pelo cientista. A ciência, em pleno desenvolvimento, buscava tudo explicar sem recorrer a qualquer intervenção sobrenatural ou subjetivo .

A imaginação, base da inspiração romântica, era um obstáculo à objetividade e, foi substituída pela pesquisa e pela representação da realidade. A verdade, a exatidão e a objetividade passaram a ser exigidas, pois retratar fielmente a realidade tornou-se objetivo de todo trabalho artístico. O centro desse Naturalismo é a França, onde, no século XIX, romancistas como Émile Zola, fixam os princípios do romance naturalista, baseando-os na fisiologia e na preocupação com as intenções e procedimentos da ciência experimental.

Assim, a literatura do período, privilegiava a reprodução fiel do que foi observado e analisado no mundo físico e espiritual. O escritor não deveria mais expressar sua subjetividade, como fizera no Romantismo. O romance naturalista tem intenções combativas, pois pretende apresentar situações que façam o leitor refletir sobre as condições da realidade social de seu tempo. Combatia, principalmente, a Igreja, a família e a monarquia, por isso, são comuns temas como o adultério e a corrupção no clero.

Nesse sentido, os romances *O Crime do Padre Amaro*, de 1875 e *O Primo Basílio*, de 1878, do escritor português Eça de Queiroz, são obras marcantes do realismo literário que servem como meio de denunciar os desequilíbrios da sociedade. Impiedosamente, Eça retrata seus personagens com intenções de “radiografar a decadência da família lisboeta”, (MOISÉS, 2006, p.358) criticando severamente a sociedade portuguesa e suscitando polêmica não apenas em Portugal como no público brasileiro.

Na literatura realista/naturalista o escritor utiliza a objetividade na sua interpretação da vida. Ele preocupa-se com seu momento histórico, sua contemporaneidade. Os naturalistas enfatizam o fato de a hereditariedade física e psicológica determinar o comportamento dos personagens, pois o escritor naturalista aceita a visão predominantemente biológica do ser humano, como os cientistas propunham. O personagem naturalista está, na maioria das vezes, condicionado a um destino contra o qual não pode lutar. Assim, Para os naturalistas, o homem é um “caso” a ser cientificamente analisado. (FARACO e MOURA, 2000)

Defensor do estilo realista, Aluísio Azevedo conheceu os romances de Eça de Queiroz mais de um ano antes da publicação de *Uma lágrima de mulher*, sua obra romântica, de 1880, assegura Mérian (1988). Ele estava convicto dos argumentos dos realistas e das teses do positivismo. Ambos constituiriam a base de sua postura como jornalista, caricaturista e escritor. As obras do autor como *O Cortiço*, *O Mulato*, *Casa de Pensão* e *O Homem* são marcadas pela linguagem naturalista e por uma visão científica e determinista do homem.

Dando ênfase aos instintos humanos, a obra *O Homem* coloca em evidência o comportamento da mulher, de um lado cercada pelas fatalidades do destino, de outro, oprimida pela sociedade e vítima de desejos reprimidos. A necessidade do prazer sexual, leva Magdá aos extremos de suas alucinações, tornando-se vítima de sua própria solidão.

Magdá, filha do Sr. Conselheiro Pinto Marques, era o único fruto do matrimônio de seu pai, pois este enviuvou pouco depois do seu nascimento. Por essa razão, foi obrigado pelas circunstâncias a entregar os cuidados da menina a uma ama até chegar a idade de entrar num colégio de irmãs de caridade. Completava a família uma “tia velha”, chamada Camila, e moravam todos numa casa na praia de Botafogo, no Rio de Janeiro.

Por ser privada do amor materno, o Conselheiro dedicou todo seu afeto à filha e Magdá crescera em companhia do seu companheiro de infância e amigo Fernando, que foi adotado por seu pai como afilhado. Fernando foi instruído em boas escolas. Desde cedo Magdá e Fernando nutriram uma profunda afeição um pelo outro. Contudo tal afeição não era vista com bons olhos pelo Conselheiro Pinto Marques, que para evitar a consumação do casamento de ambos, revelou para Fernando um segredo surpreendente: ele e Magdá eram, na verdade, irmãos, sendo Fernando fruto de um relacionamento extraconjugal do Conselheiro. A revelação além de causar profunda dor em Fernando, provocou o distanciamento do rapaz e a consequente decisão de partir rumo à Europa, onde pretendia morar.

Madalena percebeu o distanciamento de Fernando e sua frieza em relação a ela. Quando o jovem se formou, anunciou sua viagem à Europa, deixando Magdá sem entender o porquê da sua decisão. A partir de então, Magdá, sofreu uma profunda decepção da qual jamais conseguiu se recuperar, mesmo que em alguns momentos a jovem mostrasse ter superado a frustração sofrida.

Observando o desespero em que sua filha se encontrava, o conselheiro não viu outra saída a não ser contar a verdade para Magdá, a qual, sabedora de tudo, teve a sensação de alívio ao saber que o motivo de ser evitada por Fernando era o parentesco existente entre eles. Um ano se passou e eis que chegou uma carta da Europa avisando acerca da morte de Fernando por problemas pulmonares. Ao saber da morte do irmão, Magdá entrou num processo de definhamento, em que sua vida pareceu perder o sentido. Seu desinteresse pelos homens que lhe aparecem como pretendentes era crescente, e sua saúde, já fragilizada pelo amor frustrado, parecia esvaír-se a cada dia que passava. A jovem passou a sofrer crises de nervos cada vez mais frequentes. O amigo da família, doutor Lobão, era de opinião que apenas o casamento poderia dar um fim na doença nervosa de Magdá.

O pai de Magdá organizava festas, em sua casa, para distrair sua filha e encorajar eventuais pretendentes. Magdá não gostava de nenhum, principalmente após a morte de Fernando.

Como não via melhoras em Magdá, doutor Lobão aconselhou ao pai da jovem que a levasse a um passeio pela Europa. Para sua surpresa, sua paciente voltou “mais impressionável, mais vibrante, mais elétrica” e adquiriu uma exagerada preocupação religiosa, após percorrer as velhas capitais do mundo católico.

Em razão da progressão da doença, a família foi morar no tranquilo bairro da Tijuca. Durante um passeio à pedreira que ficava defronte sua casa, Magdá sentiu-se mal e foi socorrida por um jovem cavouqueiro. O contato com o corpo deste homem cheio de vida despertou em Magdá sentidos que há muito tempo estavam escondidos. Assim, a histeria manifestou-se após esse acontecimento inesperado. Luís, o cavouqueiro, tornou-se “o homem” que seu corpo desejava.

Nessa obra naturalista, Aluísio imprime suas impressões acerca da sociedade em que viveu e essencialmente sobre o comportamento da mulher. Era o resultado da observação de Aluísio Azevedo, de suas pesquisas e de suas leituras.

Segundo Engel (2007, p. 342), desde o século XVIII há uma íntima associação entre a histeria e a mulher, “cujo corpo ‘frágil’ e ‘flácido’, seria concebido como ‘mais facilmente penetrável’ do que o espaço interior masculino”. A histeria era concebida como sendo própria da essência feminina, estava vinculada às qualidades “naturais” da mulher: sensibilidade, emocionalidade e sentimentalismo.

Em 1838, foi defendida no Brasil a primeira tese sobre histeria, pelo Dr. Rodrigo Maurício Júnior, definindo-a como uma “moléstia de que o útero é a sede.” Segundo o médico, tratava-se de um distúrbio mental profundamente vinculado à sexualidade. A histeria compreenderia o período da puberdade à menopausa, ou seja, entre o início e o fim da vida sexual da mulher. A partir da segunda metade do século XIX, surgiram novas teorias relacionando a histeria ao sistema nervoso, ao cérebro e à degenerescência, mas a vinculação com a mulher permaneceu. Ou seja, o útero deixou de ser o único responsável pela origem do mal, mas na maioria dos casos servia como ponto de partida para a moléstia (ENGEL, 2007).

As concepções sobre a histeria identificavam na ausência das relações sexuais, ou na prática de relações sexuais sem a finalidade reprodutora, motivos que poderiam desencadear a loucura na mulher. Há uma forte associação entre os perfis criados pelos alienistas ao relacionarem a histeria aos desvios da sexualidade e os perfis de

protagonistas históricas de romances e contos produzidos nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX.

Dr. Lobão representa a voz da ciência, voz autorizada e balizada pelos conhecimentos médicos. Após sua paciente Magdá recuperar-se de uma febre com delírios, durante uma consulta o Dr. Lobão a indaga:

- A senhora tem tido muitos namorados? Interrompeu ele, depois de a estudar, medindo-a de alto a baixo, por cima dos óculos.
- Magdá sentiu venetas de virar-lho as costas e retirar-se.
- Não ouviu? Pergunto se tem tido muitos namorados!
- Não sei!
- E ela afastou-se enquanto o cirurgião resmungava:
- Que diabo! Para que então me fazem vir a cá?...
- la já sair, quando o Conselheiro foi ter com ele:
- Então?
- Não é coisa de cuidado; um abalo nervoso. Que idade tem ela?
- Dezesete anos.
- É...! Mas não convém que essa menina deixe o casamento para muito tarde. Noto-lhe uma perigosa exaltação nervosa que uma vez agravada, pode interessar-lhe os órgãos encefálicos e degenerar em histeria.(AZEVEDO, 2003, p.36)

O Dr. Lobão respaldado pelos saberes médicos do período, aconselhou o casamento para a filha do Conselheiro para evitar futuros males, como a histeria. Dr. Lobão tomava como exemplo a irmã do Conselheiro, que morava com ele e ajudou a criar a sobrinha. Tia Camila era solteira e seus problemas de saúde estavam associados, segundo o médico, ao fato de não ter contraído o matrimônio. Assim, o Dr. Lobão perguntava ao seu amigo :

- E a barata velha, como vai?
- Minha irmã?...No mesmo, coitada! Enfermidades crônicas...
- [...]
- E saiu com seus movimentos de carnicheiro, resmungando ao entrar no carro:
- Não tratam da vida enquanto são moças e agora, depois de velhas, o médico que as ature! Súcia! Não prestam pra nada! Nem pra parir!
- (AZEVEDO, 2003, p.36)

Observa-se nos comentários do médico, não apenas a concepção de que o casamento era o remédio para todos os males da mulher, como também a maneira desrespeitosa ao tratar a mulher que não optou pelo casamento. Dona Camila, na concepção do Dr. Lobão, era apenas uma “barata velha”, alguém sem utilidade.

Sobre a doença de Magdá, diagnosticada pelo Dr. Lobão como histeria, a pesquisadora Magali Engel apresentou alguns exemplos em seu trabalho. Destacou o

caso de uma paciente, M. J., de 29 anos, que foi internada em maio de 1896, na Casa de Saúde Dr. Eiras. Aos 14 anos teve suas “primeiras manifestações histéricas e epiléticas,” quando menstruou pela primeira vez. Veio ter sensíveis melhoras, depois de ter casado, aos 21 anos. M. J. foi diagnosticada como histero-epiléptica. De esposa dedicada, M. J. passou a repudiar o marido, abandonando o “lar doméstico” e entregou-se “sucessivamente a três homens de baixa classe.” Após 3 meses internada, M. J. teve alta após demonstrar-se “nervosa e excitada, pela falta da visita do marido que julga seu único amparo” (ENGEL, 2007).

O fato de a paciente ter reclamado a presença do marido, foi motivo para que os médicos observassem nessa sua atitude uma melhora do seu quadro de doente mental. Isso significava a aceitação, por parte dela, do seu papel de mãe e esposa, portanto, livre de comportamentos “desviantes”.

Engel observa que em quase todos os casos de mulheres diagnosticadas como histéricas, o olhar atento dos médicos e psiquiatra observava indícios comuns que revelavam a associação entre manifestações histéricas e perversões sexuais, como ideias, sonhos, atitudes eróticas ou obscenas etc.

Em *O Homem*, Magdá revela sintomas da histeria através de sonhos e ideias eróticas. O contato do corpo másculo de Luís, despertando em Magdá ideias e sensações voluptuosas, seria responsável por mais de uma de suas crises histéricas, além de dar origem ao seu primeiro sonho erótico, no qual perdeu a virgindade. A partir daí, esses sonhos, através dos quais Magdá passava a vivenciar sua sexualidade, iriam se tornar cada vez mais frequentes, até Magdá começar a confundir sonho e realidade. Sinais de que sua doença torna-se cada vez mais grave.

Ao deitar-se, a jovem sonha com o trabalhador da pedreira e, no sonho, o rude sujeito assume a forma de um belíssimo homem, encantador, muito diferente do homem simples e rústico da realidade.

Sonhou com ele a noite inteira; mas que sonhos! E o melhor é que então o pobre diabo já lhe aparecia não por um prisma repugnante; ao contrário, imaginando-se ao lado daquele corpo robusto, Magdá sentia seu organismo rejubilar de satisfação, ainda melhor do que quando se aninhava no colo de Justina. Perto dele gozava, em sonho, um bem-estar de calmo conforto, como o dos tísicos junto aos bois, na morna atmosfera dos currais. (AZEVEDO, 2003, p. 73)

Era nos sonhos que Magdá tinha experiências sexuais:

E estreitam-se mais. E unem-se mais. E unem-se. E confundem no ar os membros enleados e trêmulos. O cavouqueiro soluça, arqueja; ela já não tem uma só parte de si em que não o sinta. E de improviso, um violento sopro da vida a invade toda, esquentando-a por dentro, penetrando-lhe as vísceras, soprando-lhe nas veias um calor estranho, alheio, que ressuscita e faz saltarem-lhe dos olhos lágrimas de gozo. (p.74)

Outro elemento que os alienistas associavam à histeria era a exacerbada religiosidade feminina. Nas reflexões desenvolvidas pelo Dr. Henrique Roxo sobre a histeria, no final do século XIX, as perversões sexuais características da histeria apareciam relacionadas ao fanatismo religioso, que era referido desde os primeiros alienistas brasileiros como um dos sintomas mais frequentes da histeria. Para esse médico, o delírio histérico caracterizava-se essencialmente pelo predomínio das ideias religiosas e eróticas (ENGEL, 2007).

Essas considerações remetem a uma passagem do romance *O Homem*, em que Aluísio Azevedo ilustra, através de cores fortes, os traços histéricos da personalidade de dona Camila, tia de Magdá. Tratava-se de “uma solteirona velha, muito devota, muito esquisita de gênio” que, na opinião do médico, não passava de “uma verdadeira barata de sacristia”. Dona Camila defendia uma postura inteiramente oposta à do Dr. Lobão, pois incentivava sua sobrinha a voltar-se inteiramente para a Igreja, assegurando-lhe que ela mesma nunca havia sentido falta de homem, e lhe ensina uma oração que a moça deveria rezar sempre que sentisse “formigueiros na pele e comichões por dentro.”

Jesus [...] Esconda-me querido, com teu manto, que o leão me cerca! Protege-me contra mim mesma! Exconjura o bicho imundo que habita minha carne e suja minha alma!

- Salve-me! Não me deixes cair em pecado de luxúria, que eu sinto já as línguas do inferno me lambendo as carnes do meu corpo e enfiando-se pelas minhas veias! Vale-me, esposo meu! [...] Amado do meu coração, espero-te esta noite no meu sonho, deitada de ventre para cima, com os peitos bem abertos, para que tu me penetres até ao fundo das minhas entranhas e me ilumines toda por dentro com a luz do teu divino espírito! [...] Vem ter comigo, Jesus! Jesus, filho de Seus, senhor dos homens, príncipe dos céus e rei na terra! Vem que te espero. Amém! (AZEVEDO, 2003 p. 50)

Magdá se deleita, em sonhos, com o jovem trabalhador desfrutando dos prazeres proporcionados pelo rapaz. Todavia, quando acorda, é tomada por profundo arrependimento e pesar, que tenta aplacar com fervorosas orações:

E o que ela não se animou de confiar ao médico, disse em confiança de alcova ao seu crucifixo, pedindo-lhe entre lágrimas, pelo amor da Virgem Mãe Santíssima, que a protegesse; que a livrasse daqueles pensamentos impuros, que lhe mandasse dos céus todas as noites um dos seus anjos para lhe velar o sono e impedir que a sua pobre alma, enquanto ela dormia, fosse vagabundear por ali, como a alma de qualquer perdida. (AZEVEDO, 2003, p. 92)

O tema histeria foi utilizado para caracterizar algumas personagens dos romances do final do século XIX e início do XX. Além de Aluísio, outros escritores também criaram um perfil histórico de seus personagens femininos. Bernardo Guimarães, em *O Seminarista*, Adolfo Caminha, em *A Normalista*, são alguns exemplos. Sobre essa representação da histeria na literatura, Magali Engel (2007, p. 349) aponta que,

(...) as fronteiras entre a ficção e a ciência parecem quase totalmente anuladas: a imagem da mulher histérica delineada pela mão do psiquiatra ao lado da desenhada pela mão do romancista; suas tonalidades distintas não eliminavam a proximidade das linhas que definiam contornos extremamente semelhantes.

A histérica era considerada instável e imprevisível, seu caráter seria marcado pelo desequilíbrio entre as “faculdades morais superiores e as paixões, instintos e desejos” (ENGEL, 2007, p. 350). Portanto, as mulheres históricas eram consideradas muito perigosas, sujeitas a explosões de cólera, a exemplo do que se passou com Magdá que, durante um passeio com o pai, se aborrece excessivamente porque um sujeito a imitou enquanto ela ria descontroladamente:

- Atrevido! Resmungava entre dentes cerrados [...]
 Não penses mais nisso...insistia o velho, quando Magdá, já dentro do carro, se referia ao fato pela milésima vez. [...]
 E jurava naquele momento, seria capaz de estrangular o maldito. Não parecia a mesma. Ela que sempre tão inimiga de tudo que transpirasse escândalos e barulho, [...] Quando entrou em casa, porque Justina não respondeu logo à primeira pergunta que lhe fez, bradou trêmula:
 - Você também é um estafermo!
 - Estafermo?
 - Não me replique!
 - Eu não estou replicando...
 - Rua!
 - Vosmecê despede-me?...
 [...]
 Justina, coitada, ia tentar a sua defesa, já banhada em lágrimas, quando o pai de Magdá lhe fez sinal que se afastasse; ao passo que a histérica, falando sozinha e praguejando contra todos, dirigia-se furiosa para o quarto. (AZEVEDO, 2003 p. 102-103)

De acordo com os médicos, no organismo da mulher, na sua fisiologia, estariam inscritas as predisposições à doença mental. Assim como a gravidez e o parto, a menstruação era um dos pontos mais valorizados na definição e no diagnóstico das moléstias mentais que afetavam mais frequentemente as mulheres.(ENGEL, 2007)

Com relação a esse aspecto, em uma passagem do romance *O Homem*, o pai de Magdá narra as últimas “esquisitices” da doente ao Dr. Lobão, que pergunta:

- Ela tem tido as funções mensais com regularidade?...perguntou ao fim de sua concentração. E rosnou, depois da resposta: - É o diabo! É o diabo!...Preciso examiná-la de novo! E lembrar-me de que tudo isto se teria evitado com tão pouco sacrifício para todos nós! Pensam que é brincadeira contrariar a natureza! Agora – o médico que a aguenta!(AZEVEDO, 2003, p. 104)

A não realização das necessidades sexuais poderia levar as mulheres à histeria, acreditavam os médicos alienistas do século XIX. A satisfação dos instintos sexuais através de relações ilegítimas ajudava a agravar mais ainda as crises nervosas ou histéricas.

No romance *O Mulato*, Ana Rosa também tem ataques histéricos ao se tornar amante de Raimundo, enquanto Magdá tem seu estado agravado por causa dos sonhos eróticos que tem com Luís, o cavouqueiro. Este, além de pertencer a uma classe social inferior à da jovem, era noivo de Rosinha, portanto, a sua relação com Luís, ainda que nos sonhos, caracterizava-se como ilegítima, principalmente na opinião da própria Magdá.

Em certa ocasião Magdá chegou a obrigar sua criada a ficar acordada durante toda a noite, para lhe fazer companhia e evitar que o sono a dominasse. No entanto, os sonhos de Magdá ficavam cada vez mais frequentes e mais longos. Em sonho, ela teve um filho com seu amante e, de tanto “viver” essa realidade no mundo dos sonhos, Magdá, mesmo acordada, chegava a sentir saudades do filho.

Na opinião do Dr. Lobão, se o pai de Magdá a tivesse obrigado a seguir seus conselhos desde o surgimento dos primeiros “sintomas”, tudo aquilo teria sido evitado. Logo após a primeira crise de histeria da jovem, o médico havia aconselhado:

Ora, sua filha é de uma delicadíssima sensibilidade nervosa; acaba de sofrer um formidável abalo com a morte de uma pessoa que ela estremecia muito; está por conseguinte, sob o domínio de uma impressão violenta. Pois o que convém agora é evitar que esta

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1997, p. 127- 162.

VECHI, Luís Gustavo. **Iatrogenia e exclusão social**: a loucura como do discurso científico no Brasil. Estudos de Psicologia. 9(3), 489-495. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n3/a11v09n3.pdf> acesso: 04/07/2012

impressão permaneça, que avulte e degenere em histeria; compreende você? Para isso é preciso, antes de mais nada, que ela contente e traga em perfeito equilíbrio certos órgãos, cuja exacerbação iria alterar fatalmente o seu sistema psíquico; e como o casamento é indispensável àquele equilíbrio, eu faço grande questão do casamento.

- De acordo, mas...

- Casamento é um modo de dizer, eu faço questão é de coito! Ela precisa de homem! Ora, aí tem você! (AZEVEDO, 2003, p. 43)

Quando a moléstia já havia se instalado por completo, Magdá vivia nervosa, excitada, “achando em tudo um pretexto para implicar, chorando sem causa aparente, irrequieta, a passarinhar pela casa, com um desassossego de ave quando está para fazer o ninho” (AZEVEDO, 2003, p. 115). A essa altura, Dr. Lobão diagnosticava sua paciente, esclarecendo ao pai da moça :

- Está entrando já no terceiro período da moléstia. Esse desassossego que sobreveio agora é um terrível sintoma... Mas não desanime! Não desanime!

E, para o consolar, afiançou que Magdá era o caso mais bonito de histeria observado por ele (AZEVEDO, 2003 p. 116).

Segundo Mérian (1988), nos romances de Aluísio Azevedo, as personagens femininas não tiveram finais felizes, e Magdá, diferente de algumas mulheres da vida real, não teve sua moléstia “curada”. Esta teve sua loucura bastante agravada, principalmente depois do casamento de Luís com sua noiva. Magdá tramou uma armadilha e matou os dois. Depois disso foi levada presa por policiais, enquanto Dr. Lobão ficou desesperado por não poder carregá-la naquele instante para a sua casa de saúde.

A representação da mulher histérica na literatura, através do romance de Aluísio Azevedo, considerando a especificidade da fonte, permite relacionar aos discursos e práticas dos médicos do final do século XIX, preocupados em sanear a família física e moralmente, através principalmente da mulher, que era considerada a personagem principal quanto à função de “cuidadora” da família e, dessa forma, ela não poderia esquivar-se do seu “natural” papel de mãe e esposa para à qual estava predestinada. Aquelas que fugissem à regra, como Magdá o fez, possivelmente terminariam enclausuradas ou voltavam para o lar, desde que “aceitassem” seu papel.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante muito tempo as mulheres foram esquecidas e ignoradas pelas pesquisas históricas, os estudos priorizavam apenas as ações masculinas. Elas foram silenciadas como se estivessem à margem dos acontecimentos. A partir de 1970, a história das mulheres começou se desenvolver com mais força nas universidades, influenciada pelo crescimento do movimento feminista, pela Antropologia, pela História das Mentalidades e utilizando as contribuições da História Social. A produção sobre as mulheres se fazia necessária para incluir a presença feminina e corrigir a História que antes não as contemplava. Assim, inserir a presença das mulheres “nos papéis que lhes são próprios” (SCOTT, 1992) constitui uma etapa fundamental na historiografia.

Com a ampliação dos estudos sobre as mulheres e a necessidade de uma formulação teórica sobre as distinções fundadas sobre o sexo, incorporou-se nesses estudos, a partir dos anos 80, o conceito de Gênero como categoria analítica da diferença entre os sexos e da diferença dentro da diferença, reconhecendo a multiplicidade do masculino e do feminino e desconstruindo as perspectivas essencialistas e homogeneizadoras sobre os sexos.

O filósofo Michel Foucault, com suas teorias sobre mulher e sexualidade feminina, criticou o “universalismo” e o “essencialismo”, identificou as relações entre homens e mulheres como sendo relações políticas. Michelle Perrot (2005) demonstrou que os papéis de mãe triunfante e subjugada ou de histérica nascem em um contexto, e por isso, rompe com as concepções que se tinha sobre seu corpo e seu sexo. Essas contribuições para a história das mulheres tornaram-se uma base conceitual para os estudos sobre gênero.

O diálogo da história com a literatura passou a se desenvolver significativamente no Brasil a partir dos anos 1990, e hoje tem se mostrado uma temática muito promissora no que se refere a pesquisas e trabalhos publicados. Atualmente os historiadores vêm se debatendo com o fato de que escrevem, de que narram e de que a narrativa é a forma através da qual constroem a própria noção de temporalidade, e, portanto, articulam o próprio passado e seus eventos. Então, como narrativas, pode-se dizer que são representações que se referem à vida e que a explicam.

A literatura é uma fonte privilegiada para o historiador porque lhe dá acesso ao imaginário, pois lhe permite ver as imagens sensíveis do mundo. Portanto, a ficção literária proporciona aos historiadores sensibilidades e formas de ver a realidade de um outro tempo, fornecendo pistas e traços daquilo que poderia ter sido ou acontecido no passado e que os historiadores buscam. Isso implicaria no resgate de possibilidades verossímeis sobre o comportamento e pensamento das pessoas, como destacou Pesavento (2012)

Nesse sentido, com base nos estudos sobre gênero e na parceria entre história e literatura, este trabalho buscou contemplar os discursos psiquiátricos no final do século XIX, assim como as formas de medicalização da sociedade nesse período, abordando a condição da mulher naquele fim de século, enfocando a loucura feminina que se “manifestava” através da “histeria”, sendo na época sempre associada às mulheres. A obra literária *O Homem* foi utilizada para analisar as representações sobre a histeria feminina, e as concepções sobre o papel da mulher no final do século.

Assim, verificou-se que para garantir o cumprimento de seu papel de esposa e mãe, conforme a “natureza” a predestinou, a mulher estava submetida a medidas normatizadoras rígidas, e caso não as cumprissem, poderia ser considerada uma “desviante” e, portanto, ser diagnosticada como doente mental.

No romance *O Homem*, a loucura feminina é representada através da personagem Magdá que, por não demonstrar um comportamento esperado nas mulheres como optar cedo pelo casamento, acabou desenvolvendo, na visão do médico, um quadro progressivo de histeria até a alienação completa. Assim, a não aceitação do papel feminino, significava ferir o padrão normativo, o que poderia acarretar em sérias consequências.

REFERÊNCIAS

Jornais

Jornal da Manhã, 1900,1901.
O Pensador, 1881.

Romance

AZEVEDO, Aluísio. **O Homem**. São Paulo: Editora Martin Claret. 2003.

_____ **O Mulato**. São Paulo: Editora Martin Claret. 2001.

Obras

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Albuquerque. A Hora da Estrela: a relação da história com a literatura, uma questão de gênero? Natal: 2006. 9p. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/durval> Acesso em: 15/08/2012.

ALMEIDA, Maria da Conceição Pinheiro. **A saúde pública e a pobreza em São Luís na Primeira República-1889/1920**. Recife: UFP, 2002. (Dissertação de Mestrado)

AMARAL, José Ribeiro. O estado do Maranhão em 1896 [S.L.: s.n],1898.

BURKE, Peter. **A Escrita da História**. São Paulo: UNESP, 1992.

_____ **A Escola dos Annales: a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: UNESP, 1991

CALHAU, Lélío Braga. **Cesare Lombroso: criminologia e a Escola Positivista de Direito Penal**. Disponível em <http://www.lfg.com.br> Acesso: 23/05/ 2008.

CARVALHO, Marília Pinto. Gênero e política educacional em tempos de incerteza. In.: HIPOLITO, Álvaro; GANDIN, Luis Armando (Org.). **Educação em tempos de incerteza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COUTO, Rita Cristina. Eugenia, loucura e condição feminina. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 90, p.52-61, ago. 1994. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/882.pdf> Acesso em: 15/05/2011.

_____ No limiar da loucura: a mulher sob os preceitos da higiene mental. In: SAMARA, Eni de Mesquita (Org.) **Historiografia brasileira em debate: “olhares, recortes e tendências”**. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 2002. p.329-345.

CUNHA, M. C. P. **Loucura, gênero feminino**: as mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX. *Revista Brasileira de História*, 9 (18): 121-144, São Paulo: Marco Zero/Anpuh, ago-set.1989.

_____. **Cidadelas da ordem**: a doença mental na República. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios da razão**: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 2001.

_____. **Meretrizes e doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro(1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. Psiquiatria e feminilidade. In: DEL PRIORE, Mary (org.) **História da Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 231-359.

FARACO, Carlos; MOURA, Francisco. **Língua e Literatura**. São Paulo: Ática, 2000.

FARGE, Arlette et al. **História das Mulheres – cultura e poder das mulheres**: ensaio de historiografia. *Revista Gênero*. Niterói, v. 2, n. 1, 2.sem. 2001, p. 7-30.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

FREITAS, Carolina Gonçalves de. O mito da fragilidade: o olhar médico sobre o corpo da mulher e seus desdobramentos psíquicos. 2006. 117f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF. Disponível em http://marakatu.ucb.br/arquivos/95000/98600/42_98600.htm Acesso 15/05/2011

HERSCHMANN, Micael M; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (Org.). **A Invenção do Brasil Moderno**: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HUNT, Linn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins, 2001.

MACHADO, Roberto. etc. al. **Danação da Norma**: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MARTINS, Ananias. **São Luís: fundamentos do patrimônio cultural**. São Luís: Sanluis, 1999.

MOISÉS, Massaud. **A Literatura Portuguesa Através dos Textos**. 30ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

_____. **A Literatura Brasileira Através dos Textos**. 25ª ed. São Paulo: Cultrix, 2005.

MÉRIAN, Jean-Yves. **Aluísio Azevedo, vida e obra: 1857-1915**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; Banco Sudameris-Brasil; Brasília: INL, 1988.

PALHANO, Raimundo. **A Produção da Coisa Pública: serviços e cidadania na Primeira República: república ludovicence.** São Luís: Ipes, 1988.

PAVÃO, Silvia Rodrigues. O louco e a Ciência: a construção do discurso alienista no Rio de Janeiro do século XIX. **Estudos e Pesquisas em Psicologia.** UERJ, RJ. Ano 6, n. 2, 2º sem. 2006. Disponível em: www.revispsi.uerj.br Acesso: 20/07/2012.

PERROT, Michelle. **As Mulheres e os Silêncios da História.** São Paulo. EDUSC, 2005

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____ Escrever a história com a literatura? Fazer da literatura uma chave de acesso ao passado da história? In: BARBOSA, Cibele (Org.) Teoria da história e historiografia: debates pós-68. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2012.

QUEIROZ, Terezinha. **Do Singular ao Plural.** Recife: Edições Bagaço, 2006.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam. **Masculino, Feminino, Plural.** Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.

REIS, José Carlos. Escola dos Annales: a inovação em História. São Paulo: paz e Terra, 2000.

SCOTT, Joan. “História das Mulheres”. In BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas.** São Paulo: UNESP, 1992.

_____ **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** In. Gender and the politics of History. New York: Columbia University Press, 1989. SOS CORPO. 3.ed. Recife, 1996, mimeo.

SILVA, Cristiano C.Gomes. **Entre a História e a Literatura: as múltiplas letras, os múltiplos tempos, os múltiplos olhares em Graciliano Ramos.** Revista de História e Estudos Culturais. v.4, n.4, - out/nov/dez. 2007. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br> Acesso: 03/08/2012.

SILVA, Jomar Ricardo da. **A Educação da Mulher em Lima Barreto.** Campina Grande: EDUEPB, 2010.

SOUSA, Carmem R. **A cidade em foco: imagens visuais e escritas das condições urbanas de São Luís na Primeira República.** São Luís, 2006. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão.